

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

ISABEL GEMELLI

UM LUGAR AO TERRITÓRIO
Utopia e Respeito em Política Habitacional



Porto Alegre

2010

ISABEL GEMELLI

UM LUGAR AO TERRITÓRIO
Utopia e Respeito em Política Habitacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientador:
Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa

Porto Alegre
2010

ISABEL GEMELLI

UM LUGAR AO TERRITÓRIO
Utopia e Respeito em Política Habitacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientador:
Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa

COMPOSIÇÃO DA BANCA:

PROF. DRA. Simone Moschen Rickes

PROF. DR. Jorge Broide

PROF. DR. Marcos Pereira Diligenti

Dedico este escrito a Diego Morales, pelo olhar demorado sobre as coisas do mundo que me propiciaram momentos importantes de parada, e a tia Maria, com sua capacidade incrível de nos fazer ir sempre em frente.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pela aposta em minhas escolhas. Ao Diego, que me acompanhou incansavelmente. A minha irmã Elenice, que sempre esteve ao meu lado. Ao meu irmão Luciano, que fez de cada conquista minha uma conquista sua também, e a sua família, que sempre esteve presente. Em especial a minha mãe, Clementina, que durante muitos anos transformou a distância e minhas ausências em uma motivação a mais.

A todos os amigos, que de uma forma ou outra colaboraram para a execução deste trabalho. Em especial a Adriana Pessoa, Lessandro Parmigiani, Eneida Gastal Keith e Ires Grolli Lucca.

Ao caro professor e orientador Edson de Sousa, pelo acolhimento de meu projeto, assim como pelo respeito e liberdade com que conduziu a orientação deste trabalho.

Aos moradores dos projetos que visitei, em especial aos da Vila dos Tocos, que através de seus testemunhos refizeram em mim muitas vezes o sentido da vida.

Aos colaboradores e frequentadores do Centro Social Morro Grande, que me fazem pensar a cada dia que estou lá sobre o sentido da palavra Respeito.

Aos colegas do LAPPAP (Laboratório de Psicanálise, Arte e Política), pelas discussões produzidas durante os anos que estou por lá.

Aos colegas e professores do Percurso VIII da APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), que compartilharam comigo os embriões de minhas ideias.

Aos professores, funcionários e alunos do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, que colaboraram para que este trabalho fosse possível.

Um mapa do mundo que não inclua Utopia não merece nem mesmo uma espiada. (Oscar Wilde)

RESUMO

A proposta deste trabalho constitui-se através do acompanhamento de um projeto de habitação popular na Vila dos Tocos (Palmares do Sul / RS), realizado no ano de 2004. Ele é o ponto de partida para pensarmos as intervenções públicas nas formas de habitar. Analisaremos os elementos que antecedem os projetos, as propostas apresentadas no papel e os efeitos desta junção para pensarmos em alternativas que ampliem a autonomia dos sujeitos e mantenham a esfera do desejo presente.

Como alternativa possível para alcançarmos um respeito mútuo inclusivo, capaz de não apagar o desejo, propomos um olhar maior sobre as utopias iconoclastas. Estas se apresentam como possibilidade por serem capazes de mostrar os limites de nosso pensamento, propondo um tempo de espera e uma possibilidade outra de vir-a-ser.

Palavras – chaves: habitação, política de assistência social, psicanálise, respeito e utopia iconoclasta

ABSTRACT

The purpose of this paper is established through the observation of a housing project in Vila dos Tocos (Palmares do Sul / RS), held in 2004. This project is the starting point for thinking about public interventions in diverse forms of living. We will analyze the elements prior to the project, written proposals and the effects of this junction to think of alternatives to enhance the autonomy of individuals and keep the desire present.

As a possible alternative to achieve an inclusive mutual respect, one that will not erase the desire, we propose a greater look on iconoclastic utopias. These are presented as a possibility for being able to show the limits of our thinking, proposing a standby time and potential outcomes.

Keywords: housing, social welfare policy, psychoanalysis, respect and iconoclastic utopianism

SUMÁRIO

O mapa , iniciando a obra	09
Iniciando a Fundação	17
1. Espaço	17
2. Espaço Habitado	26
3. Território	28
Pilares da Construção	31
1. Política	31
2. Política na América Latina e o Caso Brasileiro	38
3. Política de Assistência Social Brasileira	40
4. Projetos Urbanísticos - Habitacionais	43
A mão de obra	54
1. Sujeito, Entre Lugares.....	54
2. Estilo e Resistência	57
3. Respeito – uma passagem do Outro Absoluto ao Outro.....	62
4. Utopia – liberdade e respeito em política pública	68
Acabamentos – o contorno da obra	73
Bibliografia	77

O MAPA, INICIANDO A OBRA

“Vamos passear?”, com esta frase estava sendo convidada para a primeira de tantas saídas da sala onde trabalhava, no centro da cidade de Palmares do Sul/RS. Iríamos para a vila que mobilizava o trabalho da Assistência Social da cidade na época. Naquela manhã, como em outras tantas que se repetiram, andei pelas ruas de chão batido da pequena vila que teve sua vida alterada por um projeto habitacional, anterior ao início de meu trabalho na localidade. De porta em porta fui conhecendo as famílias, ouvindo suas histórias e suas formas de relação – tanto internamente como com o mundo que os rodeava. E neste trabalho convido a todos para um passeio por esta vila tão peculiar, passando pelas relações estabelecidas com as políticas públicas habitacionais e pelas perspectivas do respeito e da utopia.

Para iniciarmos nossa andança, acredito ser necessário descrever um pouco esta localidade que gerou várias de minhas interrogações. A Vila dos Tocos, como é popularmente chamada, está instalada ao fim da rua principal do Distrito de Granja Vargas – antiga Colônia Rizícola. Desta rua saem outras pequenas ruelas, e ao final, já com chão batido e depois de muito espaço sem nada construído, chega-se à Vila dos Tocos. Esta localidade surgiu de uma ocupação nos terrenos do IRGA (Instituto Rio Grandense do Arroz). Todo este distrito pertencia a este instituto, e os produtores de arroz realizavam esta atividade em um sistema de parceria. A população da Vila dos Tocos sempre esteve muito ligada à produção arroteira. Ao passar dos anos veio a instalação de uma serraria e de uma resineira, o que possibilitou outras

formas de renda para a população. As características se misturam entre urbanas e rurais, em um movimento trabalhado por Davis (2000), que diz que não há mais a necessidade da população rural migrar para as cidades, porque as cidades é que migram até elas.

A ocupação foi sendo realizada e com ela o desmatamento da área. Não havia estruturas mínimas, como luz elétrica e água encanada. Aos poucos esta estrutura foi sendo providenciada pelo poder público, mas as moradias permaneceram as mesmas, precárias. Através de uma parceria com um banco, foi realizado um projeto para a construção de trinta moradias. A localidade foi dividida em quadras e as casas de alvenaria foram substituindo as antigas. Para a escolha dos beneficiários o critério foi ter CPF e Carteira de Identidade, como contam alguns moradores da localidade. Nesta fase algumas pessoas estranhas à comunidade receberam casas por determinações políticas.

Quando cheguei para trabalhar na comunidade, me deparei com a perspectiva de um novo projeto para mais trinta moradias. Este projeto, quatro anos depois, ainda não saiu do papel. Mas ali realizei muitas visitas, com a perspectiva do novo projeto e para acompanhar a vida local. Alguns anos depois realizei meu desligamento do município, porém os passeios pela vila se seguiram afim de subsidiar este trabalho. As histórias contadas nas ruas, ou no privado das residências, trouxeram os elementos para discutir as políticas habitacionais.

O trabalho de escuta proposto trouxe com ele uma questão ética importante, restituir aos sujeitos que fazem parte do local pesquisado o saber que possuem. Diferentemente da busca de uma verdade absoluta, ou do esgotamento de interpretações, este trabalho de colher histórias propiciou uma experiência singular, ao estilo bricoleur¹. Seguindo as ideias de Poli (2005), procuramos que estas *“produções discursivas sobre as quais, e com as quais, a psicanálise opera tragam sempre a*

1 Termo utilizado a partir da proposta de Paola Berenstein Jacques, que transmite a ideia, no caso das moradias, de utilização de diferentes materiais, modificando o seu uso formal.

marca singular e contingente, mantendo-se o compromisso – ético e epistêmico – de elas serem portadoras da verdade. Verdade do sujeito, isto é, interna à experiência que a produz, mas que pode ser transmitida e, portanto, compartilhada por uma comunidade ou sociedade” (p. 44).

O ponto central da metodologia está na inclusão do sujeito, segundo Elia (2000) “*em toda a extensão, e em todos os níveis, do campo da psicanálise*”. Independente do lugar em que se realize esta pesquisa, em nosso caso nas ruas e casas da comunidade, o autor nos diz que sempre se trata de uma pesquisa de campo, com a implicação de que o pesquisador -analista realize “*sua pesquisa a partir do lugar definido no dispositivo analítico como sendo o lugar do analista, lugar de escuta e sobretudo causa para o sujeito, o que pressupõe o ato analítico e o desejo do analista*”(p.23).

Unindo passeios, vou contar uma história: Estava chovendo quando fui visitar Maria², a lama encobria meu sapato, fiquei por um momento ali parada. Precisei me esforçar para dar o próximo passo. Meu pé estava preso. Maria tinha recebido uma casa havia poucos anos, mas ela já estava deteriorada. A falta de reboco interno fazia com que ela se desmanchasse. Maria improvisara a falta de móveis com muita criatividade: não havia mesa e o pão era pendurado em um arame que pendia do teto. O vizinho de Maria não queria saber de casas da prefeitura, elas “são ruins” disse ele. Estava construindo uma fazia algum tempo, não tinha passado ainda de quatro paredes, mas dizia que preferia ir construindo devagar e de seu jeito. Cláudia, pelo contrário, queria muito uma casa nova, pois a sua não possuía banheiro. Mas a casa dela foi a mais estruturada que visitei. Quarto, sala, cozinha, tudo muito organizado e bem feito. Perguntava-me se valeria o risco de trocar uma casa tão boa por outra que não se sabia como ficaria? E se fosse igual a de Maria, que deixasse muito a desejar? Cleusa, outra moradora, contou como foi ser a primeira a se mudar para a nova casa, nada havia por lá, nenhum vizinho, já que isso ocorreu antes mesmo da finalização da obra. Disse que precisava de um local para seus quatro filhos (hoje cinco), que fosse mais seguro. Para

² Os nomes presentes neste trabalho são todos fictícios.

ela foi ótimo o que recebeu, melhor do que tinha; mas conta que a casa estava a perigo de cair, tiveram que estruturá-la melhor. O mesmo melhoramento teve que ser realizado nas demais moradias. Cleusa precisava de um local seguro para seus filhos, mas a casa que lhe estava sendo entregue colocava a vida dos mesmos em perigo. Outras tantas reclamações ouvi, porém os moradores nada faziam para acionar a prefeitura ou o judiciário para a resolução de seus problemas, mesmo quando possuíam o conhecimento para isso, o que só deixava mais clara a posição em que se colocavam: não reclamar do presente que se ganha, afinal, viam aquilo como um presente recebido. Muitos sabiam que as casas possuíam garantia, pelo período de cinco anos, e que, pela forma com que receberam as moradias, iriam receber as escrituras, o que lhes dava o direito de reclamar pelos seus reparos.

Com o término do primeiro projeto, o nome Vila dos Tocos começou a ser questionado pelo poder público. Acreditavam ser um nome feio. Então veio a proposta de um novo nome: Vila Esperança. Segundo uma das moradoras ele foi proposto pela secretária de obras da época. Quem mora fora da vila se remete a ela como Esperança, dizendo que chamar de Tocos pode causar ofensa; quem vive por lá chama de Tocos em conversas informais.

Muitos movimentos são observados naquela localidade. Muitas pessoas que receberam estas casas já não moram mais lá. Outras se deslocam durante a semana pelas ofertas de trabalho serem melhores em outras localidades, retornando para suas famílias apenas nos finais de semana. As casas não são mais as mesmas. Os lugares para acolher os animais foram improvisados, puxadinhos foram construídos na medida em que os espaços permitiram. O que permaneceu foi a falta de um local de encontro. Nesta vila não há praças ou parques, não há locais públicos nem de comércio. Ao andarmos pelas ruas de chão batido não encontramos quase ninguém circulando, as pessoas, até mesmo as crianças, permanecem dentro de seus pequenos cercados. Diferentemente do motivo encontrado nas cidades marcadas pela violência, lá o motivo da reclusão é outro. Para Bauman

(1999), esta ausência de espaços públicos não dá chance para que as normas sejam debatidas e os valores sejam confrontados e negociados.

Durante todo este trabalho de escuta muitas questões me intrigaram, o que deu origem a esta dissertação. A principal delas é como equacionar a interação entre as políticas públicas habitacionais e os desejos daquelas pessoas. Ou melhor, como manter o desejo vivo, como possibilitar propostas habitacionais que respeitem a autonomia das pessoas, que não apenas tentem responder à demanda imediata – de uma casa – mas que consigam ir além.

Para tentar uma resposta possível a esta equação, que envolve o poder público e as comunidades em questão – alguns caminhos foram tomados. Vamos trabalhar com um aporte teórico envolvendo política, geografia, urbanismo e psicanálise. Nossa hipótese aqui versa sobre a potência do respeito proposto por Richard Sennett e a sua possibilidade de efetivação através das utopias iconoclastas, em um movimento que busca alavancar o desejo através de pensar em um futuro que ainda não está posto. Para chegarmos a este ponto, se torna essencial discutirmos as formas de intervenções hoje realizadas, com suas raízes e os elementos que estão postos no espaço. Afinal, tratamos aqui de projetos habitacionais, que envolvem construções efetivas em um espaço geográfico real.

Nosso percurso será iniciado com a discussão sobre o que é Espaço. Através do trabalho de Milton Santos abordaremos as características físicas e imaginárias que darão contorno aos diferentes projetos que se pretenda executar nas diferentes localidades. Estes aspectos tanto influenciarão a aceitação das propostas, como a viabilidade da sua execução. E, nesta perspectiva, o conceito de territorialidade se torna fundamental, e se apresenta também como proposta de ação.

Seguindo, vamos discutir o que é política. Este segundo item é importante pois trata de conceitos como liberdade, preconceito e desigualdade, que influenciarão decisivamente as mais diferentes propostas de intervenção do Estado na vida de sua população, inclusive na área habitacional. Faremos uma aproximação com o que ocorre na América Latina e Brasil, e o lugar do populismo nesta história. No que se refere exclusivamente ao Brasil, vamos analisar a Política Nacional de Assistência Social, que é a grande responsável pelas diretrizes da política de habitação popular brasileira. Nela vamos perceber uma grande mudança de direcionamento em relação ao trabalho com base assistencialista anterior. Porém, por ser ainda insipiente, está mais ligada à lei escrita do que propriamente a sua execução.

A urbanística, como se apresenta atualmente e suas raízes, será abordada. Esta trajetória se faz fundamental por ser esta uma disciplina fundamental na resolução de muitos problemas ligados às cidades. Isto se deve ao fato, segundo Davis (2006) do gerenciamento do espaço, tanto urbano como rural, configurar-se cada vez mais em nossa sociedade como algo necessário e eficaz para a construção de uma determinada ordem social. O trabalho de Paola Berenstein Jacques questiona esta nova ordem social a ser alcançada e que é buscada nos mais diferentes projetos:

Do caso mais extremo em que a favela era removida e seus habitantes relocados em conjuntos habitacionais modernistas, até o caso mais brando atual, em que os arquitetos passaram a intervir nas favelas existentes visando transformá-la em bairros, a lógica racional dos arquitetos e urbanistas, ainda prioritária, acaba impondo sua própria estética, quase sempre da cidade dita formal. Para que se torne possível a boa integração com o restante da cidade, a favela deve se tornar um bairro formal comum.(Jacques, 2003, p.13-14)

Nesta parte do trabalho apontaremos algumas “utopias urbanas” - uma das bases iniciais da

urbanística- como expressões de uma busca por uma sociedade alternativa. Trabalharemos também com suas tentativas de materialização, que, mesmo tendo surgido muitas vezes de uma forte crítica social, tiveram este elemento apagado com suas concretizações.

Como proposta para alavancar o papel da política de assistência social brasileira, principalmente a habitacional, no terceiro capítulo apontaremos as formas de resistência surgidas diante destes projetos de papel. Para Jacques (2003), em contraponto aos projetos urbanísticos, surgem “lugares outros”, construídos e habitados pelo outro – não arquiteto. Estes lugares são vistos como estranhos por não seguirem os padrões arquitetônicos vigentes. Esta forma de resistência acaba sendo ligada à selvageria e barbárie, como aponta a autora, e, portanto, necessitando de intervenções reparadoras. Outra forma de subversão encontraremos na não assimilação dos nomes oficiais das localidades. No caso da Vila dos Tocos, a troca para Esperança não é apenas ligada ao número de letras. Cada palavra vem carregada de significados particulares que podem ser compartilhados em uma sociedade. Certamente Esperança não é um significante qualquer. Podemos nos perguntar: Esperança de quê? Espera para quê? Quais serão os sonhos ali envolvidos, dos governantes, que fizeram a alteração, ou dos governados, que tem de haver-se com este significantes todos os dias?

Dentro desta perspectiva, trabalharemos com a proposta de Richard Sennett em seu trabalho intitulado Respeito. Nele o autor aponta o respeito, ligado à dignificação humana, como uma forma de levar a sério a necessidade dos outros. O autor nos faz olhar para os sinônimos geralmente atribuídos a esta palavra, porém ressalta que não conseguem capturar a essência de seu sentido.

O respeito apontado por Sennett liga-se a proposta das utopias iconoclastas, que ao não se encerrarem em uma imagem fechada permitem a liberdade do sujeito sonhar com diferentes

possibilidades de um outro mundo possível. As utopias são vistas em sua potência. E, para finalizar e pensar na junção entre utopia e uma proposta política viável, David Harvey nos abrirá o caminho. Para ele, para esta possibilidade ser efetivada, devemos modificar a direção, ir de uma utopia do espaço para uma utopia do processo. Diferentemente de construir lugares perfeitos, prontos para gerar uma vida perfeita, devemos valorizar o processo de construção dessas possibilidades, e é neste ponto que podemos inserir as populações beneficiárias destes projetos habitacionais.

Encerraremos assim o primeiro passeio sob estas formas de compreender e encarar as questões públicas; em um limite tão tênue entre o público e o privado; entre a caridade e o respeito; entre outro mundo possível e um mundo perfeito sem furos.

INICIANDO A FUNDAÇÃO

1. ESPAÇO

Quando se chega a Tecla, pouco se vê da cidade, escondida atrás dos tapumes, das defesas de pano, dos andaimes, das armaduras metálicas, das pontes de madeira suspensas por cabos ou apoiadas em cavaletes, das escadas de corda, dos fardos de juta. À pergunta: Por que a construção de Tecla prolonga-se por tanto tempo?, os habitantes, sem deixar de içar baldes, de baixar cabos de ferro, de mover longos pincéis para cima e para baixo, respondem:

- Para que não comece a destruição. - E, questionados se temem que após a retirada dos andaimes a cidade comece a desmoronar e a despedaçar-se, acrescentam rapidamente,

sussurrando: – Não só a cidade.

Se, insatisfeito com as respostas, alguém espia através dos cercados, vê guindastes que erguem outros guindastes, armações que revestem outras armações, traves que escoram outras traves.

– Qual é o sentido de tanta construção? – pergunta. – Qual é o objetivo de uma cidade em construção senão uma cidade? Onde está o plano que vocês seguem, o projeto?

– Mostraremos assim que terminar a jornada de trabalho; agora não podemos ser interrompidos – respondem.

O trabalho cessa ao pôr-do-sol. A noite cai sobre os canteiros de obras. É uma noite estrelada.

– Eis o projeto – dizem.

(Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990, p. 117)

O princípio de um plano habitacional é muito anterior à confecção da planta baixa da área, anterior também à escolha do local. Quando se busca a construção de novas moradias, sejam elas para a habitação popular ou condomínios de luxo, um imaginário carregado de expectativas já está construído. Quem planeja tem a sua ideia de lugar ideal para alcançar os fins que se pretende. O local a ser definido vem carregado destes elementos imateriais, que podem ser quase imperceptíveis

sem uma análise mais profunda. Juntamente com isso temos a todo instante que lembrar que este “novo lugar” a ser construído já não é tão novo assim, há também uma presença material que não pode ser ignorada. Nele já se encontram uma multiplicidade de objetos, de pessoas agindo de determinada forma, uma natureza presente. Todos estes elementos necessitam ser levantados pois vão refletir no resultado final de cada projeto.

Muitas vezes alguns fatores são analisados em sua intensidade, outros deixados de lado, outros tantos vistos apenas de passagem, mas imprimem a ideia de um projeto que não cessa, que está sempre em movimento na mistura destes elementos. Para a compreensão destas composições, Milton Santos nos traz grande contribuição. Sua definição de Espaço, Paisagem, Espaço Habitado, Território e Circuitos, contribuem para um grande e produtivo questionamento sobre as ações dos homens diante de áreas reais e imaginárias.

Milton Santos (1999) define o espaço como “*um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações*”(p.18). Partindo desta noção, o autor entende que é possível conhecer as categorias analíticas internas que o compõe. Entre elas estão a paisagem, a configuração territorial e o espaço produzido.

A criação do espaço pelo homem se dá através das técnicas. Estas ações são consideradas conjuntos instrumentais e sociais, constituindo-se na melhor forma de relação entre o homem e o meio. A técnica ao mesmo tempo faz parte do território, sendo um elemento de sua constituição e provocando sua transformação.

Os objetos que compõe o espaço são determinados por ele, sendo “*o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados)*”

segundo uma lógica.”(p.34). Hoje os objetos constituintes do espaço são cada vez mais artificiais e “cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.”(p.51). Seu significado e valor desempenhado no processo social estão ligados ao fato de formarem uma extensão contínua. Podemos encontrar, então, em um mesmo território, subsistemas técnicos provenientes de diferentes épocas, onde visualizamos a união entre espaço e tempo fornecida pela técnica.

O espaço é formado por objetos técnicos,..., que permanecem como autorizações para fazer isso ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo,... . Tudo isso é tempo. O espaço também é modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos.(Santos, 1999, p. 45)

O espaço é capaz de se impor na medida em que ele oferece condições “*para produção, para circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de ' viver bem'*”(p.45). Presta-se tanto a uma avaliação objetiva - como meio operacional- e a uma avaliação subjetiva - como meio percebido. A percepção do espaço sofre influência das técnicas, tanto pela sua presença física como pelo seu imaginário, mas as técnicas também são redefinidas pelos lugares.

Importante ressaltar também a diferenciação que Santos (1999) faz entre espaço e paisagem. Para ele, a paisagem “*é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que os anima*”(p.83). A paisagem é transtemporal, por ser um conjunto de objetos reais, une objetos passados e presentes, é o domínio do visível, tudo aquilo que vemos, que nossa visão alcança; já o espaço é sempre presente, uma situação única, resultante da ligação entre a sociedade e a paisagem.

Se os lugares podem, esquematicamente, permanecer os mesmos, as situações mudam. A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem. (Santos, 1988, p. 52).

OBJETOS NO ESPAÇO

Quem viaja sem saber o que esperar da cidade que encontrará ao final do caminho, pergunta-se como será o palácio real, a caserna, o moinho, o teatro, o bazar. Em cada cidade do império, os edifícios são diferentes e dispostos de maneiras diversas: mas, assim que o estrangeiro chega à cidade desconhecida e lança o olhar em meio as cúpulas de pagoda e clarabóias e celeiros, seguindo o traçado de canais hortos depósitos de lixo, logo distingue quais são os palácios dos príncipes, quais são os templos dos grandes sacerdotes, a taberna, a prisão, a zona. Assim – dizem alguns – confirma-se a hipótese de que cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma,

preenchida pelas cidades particulares.

Não é o que acontece em Zoé. Em todos os pontos da cidade, alternadamente, pode-se dormir, fabricar ferramentas, cozinhar, acumular moedas de ouro, despir-se, reinar, vender, consultar oráculos. Qualquer teto em forma de pirâmide pode abrigar tanto o lazareto dos leprosos quanto as termas das odaliscas. O viajante anda de um lado para o outro e enche-se de dúvidas: incapaz de distinguir os pontos da cidade, os pontos que ele conserva distintos na mente se confundem. Chega-se a seguinte conclusão: se a existência em todos os momentos é uma única, a cidade de Zoé é o lugar da existência indivisível. Mas então qual é o motivo da cidade? Qual é a linha que separa a parte de dentro da de fora, o estampido das rodas do uivo dos lobos? (Ítalo Calvino, *AS cidades invisíveis*, 1990, p. 34-35)

Em Zoé os objetos escapam a compreensão direta de seus visitantes. Casas, templos e casernas vão ser definidos a partir de seu uso, não pela sua tradição. Não cabe ali a rigidez. Os objetos mudam de utilidade, e as suas ligações com algum tempo passado confundem quem vem de fora.

Seguindo as ideias de Jean Baudrillard, em seu livro *Os Sistemas de Objetos* (1973), Santos (2006) afirma que vivemos seguindo o ritmo e a sucessão de objetos. Por estarmos neste tempo de objetos, o espaço tem sua fisionomia, sua estrutura e suas relações permanentemente alteradas. Os objetos são rapidamente trocados e seus valores revistos. Diferentemente do que acontecia no passado, não é mais o material que define o objeto, mas sim o que a mente é capaz de criar. Os objetos são estabelecidos de antemão e acabam por estabelecer, segundo Maffesoli – 1989 – (in Santos, 2006, p. 217), o papel que devemos desempenhar, eles não nos obedecem mais, e nesta perspectiva, Santos afirma:

No passado, os objetos obedeciam a nós no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos os objetos não mais obedecem a nós, mas sugerem o papel a desempenhar, porque são instalados obedecendo uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas não raro é , também, simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, de integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais. (Santos, 2006, p. 217)

Os objetos hoje estão cada vez mais parecidos com sistemas e se tornam cada vez mais técnicos, sendo criados para responder às necessidades de um sistema hegemônico dentro de uma sociedade. A materialidade de um território vai ser “*dada por estes objetos que têm a sua gênese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade*”(p. 221). O rápido envelhecimento do patrimônio técnico, que faz com que os objetos tenham uma pequena vida útil, e conseqüentemente transformação dos territórios, está

determinada por uma competitividade extrema. Este fenômeno não é de responsabilidade da técnica, e sim da política produzida por atores globais. Um mundo resistente a esta competitividade permitiria uma forma de relação diferente entre as pessoas, entre os lugares.

COMPREENDENDO O ESPAÇO

“As famílias residentes na Vila dos Tocos, são de baixa renda, o trabalho informal subsidia o sustento das necessidades vitais básicas e a renda familiar gira em torno de 2 salários mínimos. O nível de escolaridade é baixo, ensino fundamental incompleto. Nesta comunidade tem 35 crianças de 0 a 10 anos, as mulheres em sua maioria não trabalham fora”.

Este pequeno fragmento faz parte do Projeto de Trabalho Técnico e Social, dentro da caracterização da população beneficiária do Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social desenvolvido no ano de 2004. Apesar de considerar que a maioria do trabalho é informal, o projeto não dá conta do trabalho feminino. As mulheres da localidade em questão prestam serviço para uma resineira local dentro de suas próprias residências.

Santos (2004) diz que este fenômeno de deixar de lado alguns dados sobre a população não é incomum. Ele propõe a divisão em dois circuitos – inferior e superior - para a melhor compreensão deste espaço, formado por objetos e ações. *“Cada circuito mantém, com o espaço de relações da cidade, um tipo particular de relações: cada cidade tem, portanto, duas zonas de influência”*(p.22).

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abriga e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior,

formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é , ao contrário, bem enraizado e mantém suas relações privilegiadas com sua região. (Santos, 2004, p.22)

Para o autor, apenas o circuito superior é alvo de estudos nos países subdesenvolvidos, pois é resultado de estatísticas geradas através de estudos com instrumentos estrangeiros que buscam a padronização dos resultados, possibilitando a comparação entre diversos países. Esta importação de instrumentos é realizada a partir de uma comparação destes países subdesenvolvidos com o processo de desenvolvimento dos países ricos a partir da Revolução Industrial. Santos (2004) nos alerta que, apesar das semelhanças, se estabelecem diferenças significativas, como as ligadas a época em que vivemos, nos trazendo mecanismos muito diferentes. Há uma compreensão embutida de que os países subdesenvolvidos devam passar pelos mesmos processos, chegando a um estágio de desenvolvimento semelhante aos países que inspiram estas comparações.

A partir destes dados são formados os planos de ações em determinadas comunidades, por exemplo. Porém, o autor acredita que, para a compreensão do espaço, é necessário levar em consideração o circuito marginalizado, que pode fornecer dados de uma população que não está nas estatísticas oficiais, como o número de agiotas, vendedores autônomos, pequenos comércios. Deve-se trazer a compreensão para o território ao qual se quer estudar.

Santos (2004), porém, não deixa de citar alguns avanços no sentido de incluir estes dados deixados à margem por muitos anos:

Sem dúvida, houve alguns progressos recentes em alguns países. Por ocasião das pesquisas sobre a difusão de produtos industriais, por exemplo, pôde-se obter informações sobre as desigualdades de renda e de consumo, em geral. Através de estatísticas

destinadas à localização de programas habitacionais, como os da habitação, obtiveram-se informações sobre o nível de vida das populações, mas são, em geral, informações parciais...(Santos, 2004, p.26)

Entretanto mais avanços devem ser alcançados, e estes passam também pela compreensão da modernização como um evento múltiplo – as modernizações-, único modo de levar em conta as implicações temporais destas organizações espaciais. Sem esta visão temporal, somente é possível fazer propostas com vistas na paisagem, sem levar em consideração a vida que ali pulsa, a população que a interpreta.

2. ESPAÇO HABITADO

Vila dos Tocos, de onde vem esse nome?, questionei-me um dia. Então, por que não perguntar para um morador da localidade. Com muita simplicidade, uma menina que vinha ao posto de saúde para receber acompanhamento psicológico me respondeu: - Dos tocos que tinham lá. Depois de algum tempo vim saber que aquela havia sido uma área completamente desmatada. Mas, mesmo questionando várias pessoas nunca fiquei sabendo quem desmatou. A partir deste desmatamento muitas casas surgiram entre os tocos. Perguntei, então, tem ainda alguma por lá? Não encontrei nenhum para me sentar e descansar durante um dia de trabalho na vila. Houve uma completa transformação do local.

Com a evolução das tecnologias, hoje o homem passou a ser capaz de habitar e explorar os mais diferentes lugares do planeta. Terras que antes eram consideradas inóspitas, passaram a receber uma grande parcela da população. Este impulso se dá pelas mudanças quantitativas e qualitativas do

espaço habitado, afirma Santos (1988). O número de habitantes da Terra cresce em uma constante, não estando mais sujeitos a dizimações por algumas questões naturais – como a escassez de alimentos por safras ruins ou doenças que matavam grande número de pessoas. A população passou a ser distribuída nos mais diferentes territórios devido ao crescimento industrial, mudanças políticas que geraram várias correntes migratórias, mecanização no campo (aumentando a produtividade e diminuindo a necessidade de mão-de-obra).

Exemplo destas correntes migratórias geradas por decisões políticas são muitos e em diferentes épocas de nossa história. Através do relato de Marchall Berman (2007), podemos acompanhar um destes fenômenos protagonizados por Pedro I da Rússia, no ano de 1703, época da construção de São Petesburgo. Por determinação deste, sobre pântanos que recebiam as águas do rio Neva [lama], foi iniciada a construção de uma nova capital com janela aberta para a Europa.

Outras tantas migrações menores observamos todos os dias, alterando o Espaço Habitado definido por Milton Santos. No que se refere às migrações presentes nas áreas rurais, temos um bom exemplo da Vila dos Tocos, habitada em grande parte por pessoas oriundas de diversas regiões a fim de suprir a necessidade de mão-de-obra para as lavouras de arroz. Nos tempos entre safras, onde não há trabalho, esta população se muda. Nos últimos anos esta relação vem se alterando. Com a instalação de uma resineira, as mulheres tem trabalho, fixando ali moradia . Já os homens ficam em um movimento de ir e vir constante.

Para Santos (1988), “o exame do que significa, em nossos dias, o espaço habitado, deixa entrever, claramente, que atingimos uma situação-limite, além da qual o processo destrutivo da espécie humana pode tornar-se irreversível”(p. 44). O uso especulativo do solo e o valor atribuído a ele por diferentes interesses do capital que ocupa o campo e a cidade atingem toda a humanidade.

Ao pensarmos em diferentes políticas que transformam este espaço habitado, vemos hoje o valor atribuído a diferentes áreas mudar constantemente de acordo com interesses econômicos. Comunidades inteiras são deslocadas de áreas que agregam valor comercial para outras menos valorizadas, distantes da cidade, invadindo, inclusive regiões que até então eram voltadas apenas para a agricultura.

As áreas para as quais as comunidades são deslocadas possuem menos estrutura básica, incluindo transporte. Este fator merece reflexão no que se refere a resistência de alguns em trocar as áreas habitadas pelas “novas e belas moradias” oferecidas. Como ir trabalhar? Como visitar parentes? Na Vila dos Tocos esta falta de estrutura se reflete na impossibilidade de procurar atendimentos de saúde e frequentar a escola nos dias de chuva; falta calçamento e sistema de esgoto. Este é o preço a ser pago por não ter que retirar do próprio bolso o dinheiro para construir uma moradia ou pagar um aluguel.

3. TERRITÓRIO – LUGAR ONDE TUDO ACONTECE

Ao andar pela Vila dos Tocos logo se percebe que a vida não está nas suas ruas, a vida se passa no recanto privado dos lares. As mulheres, em sua maioria, confeccionando sacos para a coleta de resina, mas cada qual separadamente, as crianças fechadas em seus pequenos pátios. Fica claro quando se passeia pela vila que esta não é só uma questão de escolha pessoal. O projeto que ali foi executado não previu nenhum espaço público: não há praças, parques, comércio, as ruas de chão batido limitam ainda mais a circulação nos dias de chuva. Este projeto habitacional quase nada foi influenciado pelas características da região onde foi implementado. Certamente o mesmo

poderia ser aplicado nas mais diferentes áreas do país, quase sem ajustes, tamanho o seu caráter genérico.

Milton Santos vai nos trazer outra perspectiva para o trabalho com as mais diferentes populações. A partir de suas noções de espaço e espaço habitado nos faz pensar nas particularidades de cada território, o que problematiza a construção de políticas para as mais variadas populações. É no território que as coisas acontecem, que o dia-a-dia se desenvolve, e é a partir da leitura deste que as propostas devem ser realizadas.

Mesmo com políticas nacionais para determinado fim, é necessário, na sua aplicação, levar em consideração a particularidade deste território. Muitas das falhas nas políticas poderiam ser indicadas por este esquecimento do território, desta marca particular de determinada comunidade. Podemos nos perguntar como seria se na Vila dos Tocos fosse levado em consideração o trabalho executado pelas mulheres e a falta de posto de saúde perto.

Geralmente o que observamos é a construção de casas com dois quartos, sala conjugada com a cozinha e banheiro: este padrão estabelecido por muitos projetos habitacionais, e implementado na Vila dos Tocos, traz questionamentos por parte da população: como alocar famílias que em sua maioria têm mais de quatro filhos? Sem espaço que permita a construção dos populares “puxadinhos”, como querer que famílias tão numerosas permanecem ali? Estas mesmas questões não seriam levantadas por grande parte da classe média ou alta, por exemplo, onde a média de filhos é cada vez mais reduzido. Entretanto, é de fato uma característica da população que ali reside.

Esta distância entre política e território tem grande influência dos sistemas técnicos atuais, que tornara possível ações unificadas no nível do planeta. Os diversos agentes se reúnem em

“tempo real” para agir em nome dos Estados e das organizações internacionais. Vários pontos distantes são atingidos por um mesmo ponto decisório. Para Santos (2006), *“a possibilidade atual de mundialização de um grande número de ações acarreta, para muitos lugares, o problema da superposição, neles, de ações com escalas diversas, portadores de contextos com diversa abrangência geográfica e força ativa (ou reativa) diversa”*(p.225).

Nos centros motores da informação, vamos encontrar esses agentes que vão receber estas informações, tratando-as. Elas têm seu valor revisto e são distribuídas em seu próprio serviço, acabam por estabelecer normas segundo sua eficácia. O território se torna um dado desta harmonia forçada entre os lugares e os agentes ali instalados. Entretanto, parcela significativa deste espaço geográfico escapa do rigor das normas rígidas:

Velhos objetos e ações menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais frequentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos humanos. (Santos, 2006, p. 232)

Portanto, ao trazer a discussão para o território, Milton Santos aproxima as questões do lugar onde seu valor está na potência máxima, do lugar onde elas realmente surgem. Traz para perto do cidadão os problemas com os quais tem de lidar. O território é o lugar onde a vida pulsa, dele nada escapa. As consequências das intervenções são ali observadas. Então, como ignorá-lo na criação dessas políticas habitacionais que fixam os sujeitos em espaço determinado? Afinal, não se constrói uma casa para não ser habitada. Ou se constrói?

PILARES DA CONSTRUÇÃO

Com dicotomias pré-fabricadas, o lugar, o corpo, a ação e o movimento dos muitos outros são reconhecidos somente como alvos de políticas públicas ou como formas que contrariam diretrizes do urbanismo e da arquitetura.

(Ana Clara Torres Ribeiro, in Jaques, 2003, p. 3)

Ao tratarmos de definir o espaço, não pudemos deixar de falar em políticas. Então, se faz importante neste momento um percurso sobre este termo, passando da política à política brasileira e da América Latina até chegarmos à política de Assistência Social instituída hoje em nosso país - que é grande responsável atualmente por parcela significativa desses espaços habitados, através de projetos para moradia popular.

1. A POLÍTICA

Neste capítulo abordaremos o pensamento de alguns autores, de diferentes campos do saber, relativos ao que consideram ser política e um ato político. Este percurso se torna importante para nossa posterior reflexão sobre as políticas públicas, em especial as

habitacionais.

Iniciaremos com as reflexões de Hannah Arendt em seu livro de publicação póstuma “O que é política?” (2006). Em seus fragmentos a autora tenta responder esta pergunta fazendo um contraponto com duas experiências do século XX, o surgimento de regimes totalitários – na forma do nazismo e do comunismo- e o fato de que o homem tem à sua disposição meios técnicos para exterminar a humanidade (na forma da bomba atômica), como nos introduz Kurt Sontheimer no prefácio desta obra. Temas como liberdade, preconceito e juízo vão fazer parte deste caminho.

Para Arendt (2006) a política se baseia na pluralidade dos homens, tratando da convivência entre diferentes, organizando as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas. Assim, por se basear nesta pluralidade, é no “inter” que ela pode aparecer; o homem, portanto, é a-político. É na junção dos homens que move-se o mundo entre eles, e no interespaço que ali surge é que ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos. Também, em função deste plural iminente a ela, “*a política tem de lidar sempre e em toda parte com o esclarecimento e com a dispersão de preconceitos*”(p.29).

Para a autora, os preconceitos, por não estarem ligados as pessoas (“dizem”, “acham”), podem contar com o assentimento de outros. Eles desempenham um grande papel na coisa social pura, pois estrutura o social e se baseia nele. Não há como o homem viver sem preconceitos,

não apenas porque não teria inteligência ou conhecimento suficiente para julgar de novo tudo que exigisse um juízo seu no decorrer de sua vida, mas sim porque tal falta de preconceito requereria um estado de alerta sobre-humano. Por isso a política tem que lidar sempre e em toda parte com o esclarecimento e a dispersão de preconceitos, o que não significa tratar-se, no caso de uma educação para a perda de preconceitos, nem que

aqueles que se oferecem para fazer tal esclarecimento sejam livres de preconceitos.(Arendt, 2006, p.29)

Seguindo as ideias da autora, em um verdadeiro preconceito se oculta um pedaço do passado. Ele pode ser reconhecido por trazer oculto um juízo já formado, que trazia consigo uma causa empírica que lhe era apropriada. Para se difundir os preconceitos, então, é necessário primeiramente descobrir o juízo que traz oculto. Os juízos se revelam no espaço íntimo, estão ligados à capacidade de formar opiniões, por isso são necessários no âmbito político. Porém, apesar de os preconceitos serem uma marca passada dos juízos, eles acabam por impedir seu aparecimento, por esta razão se tornam perigosos, tornando impossível uma verdadeira experiência do presente com o juízo, impossibilitando a sua revisão através dos tempos.

Continuando, Arendt (2006) diz que no centro da política está a preocupação com o mundo e não com o homem. Preocupação com um mundo arranjado de outra maneira, sem o qual aqueles que são políticos julgam que a vida não vale a pena. Mas, para a autora haverá uma esperança da humanidade ter juízo quando *“os homens se apresentam sobretudo como atuantes, conferindo aos assuntos mundanos uma durabilidade que em geral não lhes é característica”*. (Arendt, 2006, p.26)

Porém, esta esperança de a humanidade ter juízo não é possível de ser contemplada quando a política é vista como uma relação entre dominadores e dominados, quando apenas for ofertada a escolha entre coisas dadas. O conceito de liberdade se torna importante de ser analisado para a compreensão deste ponto.

LIBERDADE

A concepção de liberdade idêntica ao começar de novo (à espontaneidade) é estranha para

nós, segundo Arendt (2006). Faz parte de nossas tradições de pensamento identificá-la como livre-arbítrio, a liberdade de escolha entre as coisas dadas. Uma escolha entre o bem e o mal, mas não a liberdade de que algo seja de um modo ou de outro. Se o sentido da política for essa liberdade, não apenas a escolha entre coisas dadas, “*isso significa que neste espaço – e em nenhum outro- temos de fato o direito de esperar milagres*”(p.44). Porque os homens, enquanto puderem agir, estarão em condições de fazer o improvável e incalculável, sabendo ou não. Importa entendermos aqui a

liberdade como algo político, e não como objetivo mais elevado dos meios políticos, e que pressão e violência sempre foram, na verdade, meios para proteger o espaço político, ou para fundá-lo e ampliá-lo – mas sem serem políticos em si como tal. (Arendt, 2006, p.61).

A exclusão desta liberdade se dá por duas vias: “*o não-ser-livre é duplamente determinado. Ele existe quando se é submetido à força de um outro, mas também existe, e até mesmo mais originalmente, quando se está sujeito à nua e crua necessidade da vida*” (p.80). O que ocorre é uma substituição da coesão da força, no caso de um escravo, pela coesão da necessidade – imprescindível trabalhar para suprir suas necessidades.

A tarefa e objetivo da política é a garantia da vida em seu sentido mais amplo, possibilitando ao indivíduo buscar seus objetivos em paz e tranquilidade, indiferente das esferas da vida em que este se apresenta, quer se trate de assegurar a vida, o ganha-pão ou um pouco de felicidade. A tarefa é, portanto, esse provimento de vida, sendo relativo a todos para poder garantir o convívio - esta necessidade se deve ao homem não ser autocrático, e sim dependente dos outros. Há um contraponto apontado por Richard Sennett (2004) importante de ser relevado aqui: mesmo o homem sendo dependente de outros, como aponta Arendt, há nas relações que mantém o ódio ao parasitismo, onde a necessidade de outras pessoas é vista como um fardo a ser carregado. E, assim se torna a natural dependência entre os homens uma anomalia, algo a ser erradicado.

Zygmunt Bauman, em seu livro *Modernidade Líquida* (2001), trata de forma muito interessante esta questão da liberdade, apontando o percurso em diferentes épocas. Para ele, o que se imaginava alcançar quando a humanidade estava vivendo sob alguns regimes totalitários seria a liberdade, a ideia de liberdade requerida estava ligada à dura estrutura das coisas. Com a queda de muitos deste regimes se teve a ilusão de se ter liberdade. Mas liberdade de quê? O que estaria posto no sistema capitalista que vivenciamos é uma escolha segundo os moldes que Arendt apontou como entre o bem e mal, entre um ou outro, não uma verdadeira escolha do que se efetivamente deseja. Algo está posto, e a partir disto fazemos uma escolha. A construção de uma crítica se encontra achatada. Não que esta sociedade contemporânea não tenha condições de elaborar uma crítica, mas sim de levá-la adiante; teria ocorrido uma passagem da crítica do produtor para uma do consumidor. A reflexão gerada não iria *“longe o suficiente para alcançar os complexos mecanismos que conectam nossos movimentos com os seus resultados e os determinam, e menos ainda as condições que mantêm esses mecanismos em operação”*(p. 31). Seguindo o pensamento de Adorno, ele nos coloca que *“ são a busca ativa do valor de mercado e a urgência do consumo imediato que ameaçam o genuíno valor do pensamento”* (p. 52). A sociedade estaria se eximindo da responsabilidade de se questionar por não mais reconhecer uma alternativa para si, apenas há a expressão da insatisfação como parte inevitável dos afazeres da vida de cada um.

Este movimento seria comparável ao que Arendt (2006) aponta como uma raridade cada vez maior de aparecerem os juízos. Porém, Bauman vai dar um lugar a estes acontecimentos, mostrando que as causas destas mudanças estão enraizadas nas transformações do espaço público. Hoje, quando existem, acabam por servir de palco para a expressão do privado; diferente da antiga agora que servia para discutir questões da vida cotidiana. Os espaços atuais são utilizados para trazer a público as questões privadas, onde deseja-se responder aos anseios pessoais com o mínimo de trocas, a vida do coletivo não aparece em pauta.

Esta noção de liberdade para buscar uma outra forma de habitar está longe da prática política observada na Vila dos Tocos. Nem mesmo àquela liberdade de escolha entre uma ou outra alternativa aparece. Muitas vezes escutei que a população da Vila dos Tocos não tinha condições de opinar sobre os projetos destinados a ela. Os semi-analfabetos que lá residem não possuíam condições de fazer escolhas para suas vidas. Retirou-se o direito da população de falar sobre sua vida por um preconceito que não possuía razoável explicação. Mas, será que nós, como técnicos que de vez em quando frequentamos a vila, seríamos mais capazes de falar sobre o dia-a-dia daquelas pessoas e sobre suas reais necessidades? Apenas a demanda imediata é escutada. Esta é uma escuta que não se faz sensível aos embates ocultos.

A falta de condições para adquirir uma casa nos valores praticados pelo comércio local era motivo suficiente para considerá-los incapazes de tudo. A dependência, que busca ser tão escondida por nossa sociedade, se torna tão exposta, marcando aquela população com o rótulo de incapaz, de ter pouca vontade de melhorar de vida. Com a manutenção desta ideia, tomou-se o direito de direcionar a vida local, inclusive de deslocar a população de um lugar para outro.

PÚBLICO

Ribeiro (1994) reforça a ideia de que a invenção da política foi o meio que o homem encontrou para dar conta do fato de que não é um animal (pura força), nem Deus – não sendo necessário ser herói (uma força divina) para resolver os problemas, e

de que não o move o mero instinto nem a pura verdade, de que tem em seu favor a capacidade de descobrir e criar e, em seu desfavor a falibilidade.

Portanto, pela linguagem e pelo diálogo vai abrindo caminhos que são novos, seu mérito, e falhos, seu risco. (p.35)

Para ele, o que vai caracterizar o regime republicano é o assumir a coisa pública, que é o bem comum, como uma causa eficiente, como um meio, não apenas como uma causa final.

O autor se utiliza de dois sentidos da palavra público para definir uma ação política. Em um dos sentidos público traz consigo uma denotação tendendo à passividade, como sinônimo de plateia, se opõe a “palco”; na outra é sinônimo de bem comum, patrimônio coletivo, daquilo que não pode ser alvo de apreciação egoísta ou particular, se opondo a “privado”. Para ele,

quanto mais se teatraliza a política – quanto mais os cidadãos forem reduzidos a público, a espectadores das decisões políticas -, menor será o caráter público das políticas adotadas, menor seu compromisso com seu bem comum, com a res publica que deu nome ao regime republicano. Em suma, quanto mais o governante fizer cena para a sua popularidade, menos será republicano, e maior risco corremos de que, esquecendo o público pelo publicitário, ele se aproprie da coisa comum para fins privados. (Ribeiro, 1994, p.34)

A ausência de espaços de convívio – tanto comerciais como públicos- na Vila dos Tocos propicia esta redução da participação popular. As queixas acabam sendo vistas como individuais, os habitantes não sabem se compartilham com outros dos mesmos problemas. Assim, evita-se falar e mostrar as suas fraquezas. O compromisso que a população acaba tendo com seu bem estar encontra-se reduzido. Colocam-se e são colocados neste lugar de plateia, mostrado por Ribeiro, vendo seu futuro ser encenado.

Para se constituir um espaço de discussão política, vai ser preciso redefinir o que é público e o

que é privado, repensando diversos territórios da vida ética, incluindo, também, uma discussão dos próprios conceitos de “*público*” e “*privado*”, que não são conceitos bem definidos.

Para aproximarmos o conceito de *política* de Arendt e de *público* de Ribeiro, conseguindo atribuir um valor ao conceito de Política Pública, temos que responder uma questão de como aliar os convívios de diferentes e o bem comum. Como alcançar o bem comum no convívio entre sujeitos tão diferentes? Poderíamos arriscar uma resposta se levarmos em consideração que o bem de um pode não ser o bem de outro, e que a partir do respeito a estas diferenças se somam o bem individual de cada um, permitindo um convívio de diferentes. Outra pista para esta resposta está também no que Arendt fala sobre o homem não ser político, que a política está na inter-relação entre os homens, e este inter é por essência público. Então, ao haver uma inter-relação lidamos com as diferenças.

2. POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA E O CASO BRASILEIRO

Para trazer mais próximo de nós estas questões relativas à política e sua intersecção com a liberdade, podemos acompanhar algumas reflexões sobre a presença de regimes populistas na América Latina, seguindo as suas raízes e mitos que tornam estas expressões bem aceitas, e que tem reflexos bem marcantes no que encontramos hoje nas práticas governamentais.

Chauí (1994) analisa a situação da América Latina e o que fez com que o populismo tivesse tamanha entrada nos países desta região depois da presença de regimes totalitários, como foram as ditaduras na América Latina. Segundo a autora, as raízes que deram sustento para esta forma de

relação com a política estão baseadas em mitos presentes nestes países. Por mitos a autora entende no sentido antropológico como a “*solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no plano simbólico e muito menos no plano real*”, e também no sentido psicanalítico, “*como um impulso a repetição por impossibilidade de simbolização e, sobretudo, como bloqueio à passagem do real*” (p. 23). Para ela, há um mito fundador que se expressa de diferentes maneiras, encontra formas e linguagens diferentes, mas quanto mais parecem diferentes, não deixam de ser expressão do mesmo.

Este mito fundador está baseado em alguns pontos, iniciado pela ideia do governante ser representante de Deus, e não do povo. A expressão disto vem na forma de encarar os atos do governante como favores que estão sendo prestados, é uma relação entre doador de favores e a clientela. Esta matriz mítica se conserva por uma estrutura autoritária da sociedade e

três efeitos imediatos podem ser percebidos: impossibilidade de efetuar a idéia liberal da política como pacto ou contrato (pois a condição do contrato é a igualdade entre as partes); impossibilidade de realizar a política democrática baseadas na idéia de cidadania e representação – esta é substituída pelo favor, pela clientela, pela tutela, pela cooptação ou pelo pedagogismo vanguardista; impossibilidade de visualizar a idéia socialista de justiça social, liberdade e felicidade. (Chauí, 1994, p. 27-28)

Seguindo as ideias de Lefort, Chauí (1994) aponta que os gregos e os romanos ao inventarem a política fazem a “*desincorporação do poder, da lei e do saber social*”. O governante deixa de ser o portador da lei, pois a democracia impossibilita a noção mítica de um corpo político enquanto entidade mítica. Portanto, na presença de um autoritarismo social e de uma divisão econômica sob a forma da carência e do privilégio bloqueiam a emergência de uma sociedade democrática. Desta forma, não há como não repetir, sob aparências variadas, o populismo: “a

carência (popular) espera ser preenchida e suprida pelo governante; o privilégio (dominante) espera ser conservado pelos favores do governante” (p.30). Do lado dos dominados aparece a visão do governante como salvador e o binômio sacralização/satanização da política.

Esse mito de um governador que representa Deus na Terra, e que portanto não é o representante do povo que o elegeu, característica dos regimes populista como observa Chauí, traz um afastamento da esfera política. Juntamente com isto a perda da capacidade de descoberta de novos caminhos por não poder ocorrer a falha.

Estas raízes populistas estão presentes na prática da assistência social no dias de hoje. Mesmo possuindo uma nova lei, que fornece as diretrizes para uma nova política, estamos fortemente ligados à uma herança assistencialista, com esta base apontada por Cahúí. Atende-se apenas as necessidades imediatas da população, em troca se pede os votos para as próximas eleições. À população, como no caso da Vila dos Tocos, não permite-se reclamar do que lhe é dado. Mesmo as casas em estado precário são vistas como grandes presentes a serem retribuídos.

3.POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Com a Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 é configurado no Brasil uma nova situação da Assistência Social, tratando-se de incluir os “invisíveis” de forma a transformá-los em casos individuais que fazem parte de uma situação coletiva. Esta visão leva a necessidade de confrontar uma leitura macro social com a micro social, tendo a família como base para a autonomia e proteção do indivíduo. Esta nova política traz

a necessidade de considerar cada caso identificando suas forças e não as fragilidades nas diferentes situações de vida, buscando o desenvolvimento de capacidades de maior autonomia. Esta escolha por desenvolver a autonomia inscrita na nova lei contrasta com a antiga política assistencialista que se limitava, até então, a apenas suprir algumas necessidades de forma generalizada, característica dos regimes populistas. Passa-se a criar políticas intersetoriais que devem ser desenvolvidas na sua territorialidade, onde a vida das pessoas acontece efetivamente.

Em publicação realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pela Secretaria Nacional de Assistência Social, é destacado o artigo primeiro da LOAS que diz:

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidade básicas” (MDS, 2004, p.31).

Estas seguranças a serem atendidas são: segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.

Segundo esta mesma publicação,

por segurança de acolhida, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começam com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios da vida humana em sociedade. A conquista da autonomia na provisão dessas necessidades básicas é a orientação desta segurança da assistência Social. (MDS, 2004, p.31).

Podemos perceber nesta e em outras tantas partes da publicação a grande ênfase dada à conquista da

autonomia. A acolhida, com seu direito ao abrigo também merece destaque.

As diretrizes da Assistência Social são baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS. São elas: descentralização político-administrativa; participação da população na formulação das políticas e no controle das ações; primazia da responsabilidade do Estado; e, centralidade na família. A partir disto são criadas as formas de proteção, que são divididas em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. A primeira *“tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento dos vínculos familiares”* (p. 33).

Para transformar esta Política Pública de Assistência Social em ações efetivas, foi criado o Sistema Único de Assistência Social(SUAS). Descentralizado e participativo, o SUAS faz com que cada esfera de governo assuma uma parcela de responsabilidade diferente nas ações a serem desenvolvidas. Segundo o MDS (2004)

importantes conceitos no campo da descentralização foram incorporados a partir da leitura territorial como expressão do conjunto de relações, condições e acessos inaugurados pelas análises de Milton Santos, que interpreta a cidade como significado vivo a partir dos “atores que dele se utilizam”. (p. 43)

Segundo o ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2004), uma das maiores dificuldades na implementação desta lei está relacionada à política de recursos humanos. Com o pouco debate sobre esta área, o que aparece é uma deficiência no planejamento, formulação, execução, monitoramento, relativo ao atendimento dos usuários. A nova lei exige uma nova forma de exercer a prática profissional,

A concepção da assistência social como direito impõe aos trabalhadores da política que estes superem a atuação na vertente de viabilizadores de programas para a de viabilizadores de direitos. Isso muda substancialmente seu processo de trabalho.(Couto, 1999, in MDS, 2004, p.54)

Esta nova forma de atuação invocada aos profissionais da Assistência Social contrasta com as características trazidas em nossa política brasileira enraizadas em características classificadas por Chauí (1994) como populistas ou assistencialistas. Resta sempre uma pergunta: como trabalhar com esta nova perspectiva, diante dos sujeitos assistidos por esta proposta, se temos um encontro entre governantes e governados acostumados a ter um olhar voltado para as carências a serem supridas e não para a busca de cidadania?

4. PROJETOS URBANÍSTICOS – HABITACIONAIS

“Convocados para ditar as normas para a fundação de Périnzia, os astrônomo estabeleceram a localização e o dia segundo a posição das estrelas, traçaram as linhas cruzadas do decúmano e do cardo orientadas uma como o curso solar e a outra como o eixo em torno do qual giram os céus, dividiram o mapa segundo as doze casas do zodíaco de modo que cada templo e cada bairro recebesse o influxo correto das constelações oportunas, fixaram o ponto da muralha no

qual abrir as portas a fim de que cada uma enquadrasse um eclipse lunar nos próximos mil anos. Perínia - assegurara - espelhari a harmonia do firmamento; a razão da natureza e a graça dos deuses determinaram o destino dos habitantes.

Seguindo com exatidão os cálculos dos astrônomos, Perínia foi edificada; diversas raças vieram povoá-la; a primeira geração nascida em Perínia cresceu dentro dos seus muros; e estes, por sua vez, atingiram a idade de casar e ter filhos.

Nas ruas e praças de Perínia, hoje em dia, vêem-se aleijados, anões, corcundas, obesos, mulheres com barba. Mas o pior não se vê: gritos guturais irrompem nos porões e nos celeiros, onde as famílias escondem os filhos com três cabeças ou seis pernas.

Os astrônomos de Perínia encontram-se diante de uma difícil escolha: ou admitir que todos os seus cálculos estavam errados e que as suas cifras não conseguem descrever o céu, ou revelar que a ordem dos deuses é exatamente aquilo que se espelha na cidade dos monstros." (Ítalo Calvino, *AS cidades invisíveis*, 1990, p. 130-131)

A grande demanda aos urbanistas, visando uma habitação sem contradições, é semelhante à demanda feita para os astrônomos para a construção de *Perínia*. Pede-se muito pela existência de um lugar onde os problemas com os quais temos que lidar em nossa época desapareçam. Fome e violência não podem existir. Assim, remetemos todo o tipo de esperança aos construtores de espaço³. Porém, quando apenas esta demanda imediata é atendida, os resultados não são sempre os esperados. Pois nem tudo é enunciado, e as contradições começam a aparecer.

A urbanística, disciplina que se ocupa dos assuntos relacionados às cidades, vem tentando ao longo da história utilizar dos mais diferentes aparatos, como as ciências, tecnologias e disciplinas sociais, a fim de conquistar uma habitação sem contradições. Tarefa difícil, por tentar lidar com algo muito complexo em nossa sociedade, pois é no interior da cidade, pela característica urbana de nossa sociedade, que os acontecimentos se dão e são influenciados por ela.

Sato (1977) nos fala que não se possuem os instrumentos para a compreensão da cidade, pois sua configuração moderna, assim como a conhecemos, é fruto de um crescimento explosivo, um feito espontâneo, que vem maturando há muitos anos, por isso não é nada fácil a tarefa a que se propôs a nova disciplina do início do século XX.

A urbanística, por longo período, se ocupou de intervenções reparadoras, muitas de caráter sanitário. Ao longo de sua história, o “*reformador urbano proporá uma imagem social por meio de uma representação especial da cidade, estabelecendo formas e prescrições específicas, que em definitivo assinalam a origem do pensamento urbanístico*” (p. 8) nos modelos utilitaristas dos séculos anteriores. Estas representações de uma particular visão e projeto de sociedade poderiam ser

3 Termo utilizado por Sandra J. Pesavento em seu texto intitulado **A cidade como utopia e concretude**. In: Siglo XIX – Revista de História. Segunda época, n. 16, julio-diciembre de 1994. Universidad Autónoma de Nuevo León. p. 104-114

definidas, segundo o autor, como “utopias urbanas”, que seriam representações de uma realidade determinada materialmente. Cabe lembrar que a ideia aqui trazida de utopia se afasta das utopias iconoclastas com as quais vamos nos deparar mais adiante; aqui elas representam o pensamento estático, que procura não deixar brechas em seus projetos.

Seguindo, estas “utopias urbanas” propõe um outro lugar, traçado segundo ideias capazes de substituir e destruir a cidade real. Elas serão questionadas ao mesmo tempo que irão influenciar o surgimento da urbanística como disciplina. A potência da crítica social é mantida, porém, a urbanística propõem-se a dar mais seriedade às intervenções urbanas, aproveitando todo o aparato científico e tecnológico de que dispõe. Pela grande influência trazida ao longo dos séculos, cabe compreendermos um pouco do pensamento destas “utopias urbanas”, e para isto nos utilizaremos dos projetos de Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1771 – 1837). Contrastando com este dois projetos, vamos ter a construção de São Petesburgo, cuja criação não se originou deste espírito crítico. O que estes três projetos tem em comum é que carregavam consigo uma proposta de sociedade que se diferenciaria da anterior através de seus projetos urbanos.

PROJETOS

O projeto de Owen (in Sato, 1077) buscava a consolidação de uma associação democrática e autogestionável. Com a criação dos novos espaços, pretendia resolver os problemas sociais que acreditava serem os grandes vilões da sociedade. Suas ideias foram influenciadas em grande parte por sua vivência como trabalhador da indústria têxtil britânica, que a partir da Revolução Industrial fez com que muitos trabalhadores se deslocassem dos campos para as cidades para preencher as vagas excedentes no processo fabril. Com esta vinda em massa, as cidades foram crescendo de

forma desordenada; os baixos salários empurravam os trabalhadores assalariados a condições de vida cada vez mais degradantes. A escravidão aparece na forma de manter a vida, alcançar o mínimo de condições para a sobrevivência. É imerso neste clima que Owen passa vários anos de sua vida.

Para resolver os problemas trazidos por esta forma de estrutura social, Owen se liga ao movimento reformista da época e propõem seu projeto social: O paralelograma da Harmonia. Ele é a expressão de “*uma máquina para multiplicar a eficiência física e o bem estar mental de toda a sociedade*”(p. 24). Este bem estar mental era estritamente ligado à ideia de se retirar os problemas que via na sociedade. Para ser alcançado bastaria uma sociedade mais igualitária, sem violência e fome, por exemplo. Essa igualdade incluía também o apagamento dos desejos individuais. Vejamos como se processava seu projeto:

- número definido de habitantes por associação. Eles deveriam ser divididos em classes, os que cultivam a terra produziram um excedente para abastecer as classes superiores, que não vivem de trabalhos manuais e daqueles que se ocupam de atividades manuais mais elaboradas;

- divisão do espaço extremamente elaborada. A extensão de terra para cultivo era determinada e os caminhos e avenidas excluídos – pois eram vistos como prejudiciais à saúde e às condições naturais da vida humana- e os edifícios deveriam ser convenientemente dispostos para o mais efetivo controle público;

- alimentação compartilhada entre os membros da associação. Todos seriam beneficiados por poder se alimentar em salas limpas, ventiladas, confortáveis e estarem na companhia de homens bem vestidos, educados e informados;

- dormitórios desenhados para os fins buscados. Como a alimentação se daria de forma coletiva, os dormitórios não careciam de cozinhas. Bons dormitórios sobre os jardins e salas de dimensões apropriadas cobririam “*as necessidades dos agricultores associados, junto com os demais espaços e serviços públicos.*”(p.34);

- vestuário planejado. Owen acreditava que pessoas muito agasalhas durante sua vida sentiam mais frio. Portanto, as crianças deveriam ser vestidas com túnicas leves a fim de manter mais contato com a atmosfera;

- educação das crianças levado como um dos pontos fortes do projeto. Este investimento vinha da crença de que uma sociedade nova poderia surgir a partir do controle exercido sobre as crianças, e que chegaria um tempo em que as novas gerações seriam em caráter o que a geração em pauta desejava ser. Para alcançar este propósito tudo o que poderia causar uma impressão maligna para as crianças deveria ser excluído.

A educação deveria ser separada por idade: a primeira para crianças de dois a seis anos, e a segunda dos seis aos doze anos. As escolas deveriam formar as crianças, pois os homens seriam o reflexo do que foram preparados para ser durante sua infância;

- aldeias vizinhas, separadas por distâncias convenientes, poderiam aproveitar todos os benefícios tanto de sociedade rural quanto urbana, porém sem os inconvenientes apresentados por ambas.

Como podemos observar, todo o esforço de Owen foi para a criação de uma nova sociedade que encontraria algumas dificuldades apenas em seu início, pois tudo estaria colocado de forma tão

determinada que nada poderia lhe incomodar. O que ele reforçava é que o grande inimigo de uma nova sociedade, que poderia até mesmo gerar um melhoramento da raça humana, eram os desejos e vontades particulares dos homens e que os estudos sobre o comportamento comprovavam a eficiência da influência do meio na constituição do homem.

Uma das mais difundidas fontes de erro e desvio é o conceito de que as crianças, e os homens, são agentes de uma vontade governada por eles mesmos e modelada por seu gosto e eleição. (Sato, 1977, p. 35).

Portanto, podemos definir que seu conceito de boa sociedade inclui a não manifestação da particularidade de seus membros, a partir da influência da educação. O que deveria prevalecer era a superação dos “*mesquinhos interesses particulares*”(p.32), proporcionando o proveito de todos os setores, este de ante mão definido. Owen buscava uma sociedade melhor, não queria mais ver fome nem violência, mas em seu projeto ele é quem define o caminho que a sociedade deve seguir.

A prática utilitarista de Owen não se desenvolveu conforme esperado. Comprou terras na América do Norte e iniciou a construção da nova sociedade com 800 de seus seguidores. Apesar do fracasso da proposta, outros projetos similares foram lançados por seus acompanhantes. Retornou, então, à Europa onde continuou divulgando seus princípios, pois acreditava firmemente que os estudos que estavam sendo realizados na época, sobre a influência das circunstâncias sobre o comportamento humano, deveriam ser levados para as situações da vida cotidiana.

Encontramos outro modelo deste pensamento reformista na França, onde

a crítica situação urbana pelo processo de industrialização e de explosão demográfica destrói – como no resto dos países europeus em expansão – suas velhas estruturas

medievais; as cidades crescem sem planos, sem leis nem permissões. (Sato, 1977, p.41)

Ao mesmo tempo que aparecem as críticas, surgem modelos alternativos de um mundo melhor. Fourier se enquadra neste movimento, segundo Sato (1977), chegando a elaborar “*um minucioso programa social*”, que delimitava até mesmo o lugar de criação de “*uma sociedade harmônica, purificada dos males presentes*”(p.41). Deste modelo de aglomeração foi extraído, até muitos anos do século XX, ensinamentos por parte do pensamento urbanista, porém este deixou de lado a parte exotérica de suas ideias.

Fourier (in Sato, 1977) vai mais adiante que Owen em suas determinações sobre a nova sociedade. Além da determinação do local de instalação para a chegada de um estado de Harmonia Universal, delimita o número exato de habitantes que fariam parte do Falastério: 1.620 pessoas. Número este conseguido através de cálculos matemáticos que juntavam sentidos, cabalística, entre outros elementos. Nele, os males da sociedade de sua época desapareceriam magicamente. As mulheres fariam trabalhos domésticos a partir das quatro da madrugada e as detalhadas prescrições de construção e uso das edificações seriam seguidas. Cioran (1994) diz que esta seria uma sociedade de marionetes, as crianças, por exemplo, são tão puras que ignorariam até mesmo a possibilidade de pegar uma maçã em uma árvore.

Com o fracasso da proposta na França, Fourier não deixou de acreditar no seu propósito, pelo contrário, pensava que em uma sociedade com virtudes puras, sem contaminação da civilização seria possível. Para isso passa a olhar para a América do Norte como o lugar que suportaria seus planos. Mesmo com seu caráter exagerado, o autor afirma, em sua proposta utópica, a crítica ao estilo de vida de seu tempo.

Como os dois autores anteriores, o Czar Pedro I da Rússia também fez seus desenhos de uma nova sociedade. Mas, diferentemente deles, não buscava resolver os problemas que via na sociedade Russa, não pretendia alcançar uma sociedade harmônica, e sim executar um projeto pessoal que alcançasse os seus planos de aproximação da sociedade Europeia. Segundo estudos de Berman (2007), o projeto de São Petesburgo, além de sua localização geográfica estar referida à Europa, seu traçado também lembrava este continente que servia de modelo de modernização. As ruas estreitas e os antigos palácios de Moscou e suas histórias deveriam ser deixadas de lado. Para isso foram contratados arquitetos e engenheiros ingleses, franceses, italianos. Por determinação do Czar, nada pode ser construído fora dali durante muitos anos. Trabalhadores da construção civil foram obrigados a se deslocar para a futura capital, o mesmo aconteceu com a nobreza, que sob ameaça de perder seus títulos, tiveram que se mudar e construir palácios nesta região. Em pouco tempo a São Petesburgo foi habitada, segundo Berman. Em uma década já havia 35 mil construções sobre o pântano, e em duas décadas 100 mil pessoas. Durante muitos anos estes habitantes tiveram suas vidas comandadas pelo czar. Porém, cabe ressaltar que em dezembro de 1825 se relata a primeira tentativa de se tornarem cidadãos, de fazerem daquele lugar uma cidade, reivindicando reformas constitucionais.

Os fortes traços da herança do utilitarismo dessas “utopias urbanas” podem ser percebidos nos projetos de habitações populares atualmente, apesar do desenvolvimento da urbanística. A ocupação dos espaços a fim de aproveitar bem cada fatia de terreno e a exclusão de espaços considerados supérfluos são alguns exemplos. Segundo Jacques (2003), os arquitetos continuam ainda impondo a sua estética, tanto nas remoções de populações inteiras quanto na intervenção direta nas favelas existentes, tentando transformá-las em bairros integrados ao restante da cidade. Ela se pergunta se “*não seria uma imposição autoritária de uma estética formalista visando à uniformização do tecido urbano*”(p.14).

Em um dia de visita à Vila dos Tocos, juntamente com o arquiteto e com a assistente social responsável pelo plano habitacional, ouvi algumas perguntas que apontam bem este fato levantado por Jacques: “será que cabe mais uma casa atrás da tua? Podemos colocar a casa da Maria aqui neste terreno atrás? E ali, será que cabe outra?” Naquele momento olhava para o espaço em volta da vila dos tocos que era muito grande, porém para construir mais trinta moradias para uma segunda etapa do projeto, os terrenos eram milimetricamente analisados, a visão não era expandida para os lados. Os vizinhos não seriam escolhidos, pois cada fatia de terra seria aproveitada, não importando como estava sendo utilizado até o momento. O importante era dar casas, mais nada. Afinal, é direito social das pessoas terem um abrigo, o resto é resto. Resto é pátio, resto é praça, resto é um pequeno comércio, todo este resto estava sendo deixado de lado.

QUERER O BEM NÃO SIGNIFICA FAZER O BEM

Apesar do empenho de seus idealizadores, os projetos de Owen, Fourier e Pedro I, de uma forma ou outra, falharam em seu propósito de conseguir que os habitantes das localidades vivessem conforme o que esperavam deles. Com estes exemplos, que são precursores de nossa urbanística moderna, podemos perceber a incapacidade de levar um projeto adiante quando há o apagamento da singularidade de seus habitantes. As contradições entre o desejo e a vontade de se deixar levar por um guia aparecem claramente nestes exemplos. As manifestações do desejo aparecem expressadas na falha das propostas, nas reivindicações dos russos, na bricolagem presente nos projetos atuais. O deixar-se governar aparece na participação passiva das pessoas, por exemplo, no início destas propostas. É estimulado também pelo que Ribeiro (in Jacques, 2003) chama de aprisionamento por parte dos modelos baseados em uma razão instrumental e reflexividade exacerbada que reduzem “o jogo jogado, pelos muitos outros, a caos, à deformidade, à bagunça, à sujeira, à selvageria e à

barbárie”(p.4).

A estética particular impressa pela população se estabelece contrária à bandeira modernista - com sua representação na arquitetura simbolizando algo novo e ordenado e com sua austeridade arquitetônica. A pergunta que se impõe, então, é: como considerar o valor estético destas construções permanentemente inacabadas, que surgem como um efeito quase que espontâneo, ignorando os projetos originais?

A MÃO DE OBRA

1. SUJEITO, ENTRE LUGARES

Nas partes que antecederam este capítulo muitas questões ficaram pendentes, mas podemos dizer que em sua maioria versam em torno da questão do desejo, ou, então, de seu apagamento. Tanto no que se refere aos governantes em relação aos governados, como na posição adotada por estes últimos diante dos primeiros. Se estabelece a todo momento, na criação destas políticas habitacionais, um jogo em que os lugares ocupados pelos sujeitos variam a todo o instante, e uma constante oscilação entre demanda e desejo também é percebida.

Através da resposta à demanda, o que surge é uma política assistencial que dá conta apenas do cotidiano imediato das pessoas. Os sonhos são prescritos sem nenhuma turbulência. O que se recebe é apenas uma casa. Não há o alargamento das possibilidades do sujeito.

Durante várias andanças pela Vila dos Tocos muitos questionamentos surgiram. Entre eles estava uma questão relativa à pequena permanência de tempo de alguns na nova moradia. Por que, mesmo quando beneficiárias de programas de moradia, várias famílias não permanecem nas casas recebidas, mesmo sendo apontadas como melhores do que suas antigas casas? Este ponto nos exige um olhar para aquilo que ainda falta e que não está na concretude

das moradias. A condição errante dos sujeitos não é ultrapassada sem uma política habitacional que leve em consideração a posição desejante, sem que se questione, também, o imperativo de ter um local fixo de moradia.

Na simples inscrição e destinação de uma casa não há perspectiva de inclusão da palavra do sujeito, de um reconhecimento simbólico de um lugar de enunciação possível. Quem faz o projeto, geralmente, passa a ser um Outro absoluto, ao qual não cabe questionamentos. Em um imperativo que delimita onde os sujeitos podem circular, como eles devem morar. (Gemelli, 2009, p.16)

Quando se inclui o sujeito do desejo, há a possibilidade de se colocar em jogo o deslocamento significativo, possibilitando o estabelecimento de relações simbólicas construtoras de uma posição de protagonismo. Esta inclusão se dá muito em função dos profissionais envolvidos em cada contexto, quando estes são capazes de olhar não para objetos de intervenção, mas para sujeitos. Este laço é feito através do intermédio da linguagem, construindo um saber singularizado.

Através desta intervenção, via linguagem, devolve-se aos sujeitos o saber sobre si, e com isso uma responsabilização sobre seus atos. Esta posição não é facilmente assumida, pois ao barrar “o jogo do 'eu sei o que tu precisa' não barra-se somente a palavra de um Outro absoluto, mas traz consigo a necessidade de começar agir sobre o mundo, sobre suas coisas, em uma produção que não é do gozo infinito”(Gemelli, 2009, p.22). Isto é o campo do vivo, trazido por Lacan (1998), chamado subjetividade, que para aparecer depende de que o sujeito lhe dê forma. Há um constante embate entre ser sujeito e deixar-se comandar, não necessitando se responsabilizar pelas escolhas, e consequentes fracassos, da própria vida.

A relação do sujeito com o Outro vai se dar sempre neste processo de hiância, o que permite

um grande número de comportamentos. Sem a captura do imaginário tudo poderia estar já posto. Lacan (1998) descreve este processo como circular entre o sujeito e o Outro, por isso dissimétrico. O movimento circular “*do sujeito chamado ao Outro, ao sujeito pelo que ele viu a si mesmo aparecer no campo do Outro, do Outro que lá retorna.*”(p. 196), por tanto, é dissimétrico. “*O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação*” (p. 197). O sujeito podendo ocupar diferentes lugares, conforme se coloca sob um ou outro significante. A interpretação que somos capazes de dar vai designar apenas uma série destes sentidos.

Esse movimento circular faz trabalhar o processo de alienação e o de separação. O primeiro movimento, de alienação, é constituído de um véu. Véu este em que se funda o sujeito e que o faz aparecer somente na divisão de um lado como sentido, produzido pelo significante, de outro como afânise. Lacan demonstra este véu a partir de uma lógica da reunião, ou seja, nem um nem outro. Ao fazer a escolha por um, o outro desaparece. O segundo tempo, a separação, vai terminar a circularidade do sujeito, se situando na lógica da interseção, ou seja, seu resultado são os elementos pertencentes aos dois conjuntos. Desta segunda operação se desponha o campo da transferência. Esta interseção aparece do recobrimento de duas faltas, uma encontrada pelo sujeito no Outro – nos intervalos do discurso do Outro, de onde vai se deslizar para o desejo – e, a outra do desaparecimento do próprio sujeito. “*Uma falta recobre a outra. Daí, a dialética dos objetos do desejo, no que ela faz a junção do desejo do sujeito com o desejo do Outro*”(p.203).

Ao longo da vida dos sujeitos vamos observar a todo instante estes dois movimentos, de alienação e separação. Ao deixar-se governar pelo outro, o sujeito apresenta este estado de alienação, colocando um véu que recobre a falta de quem o conduz, assim como o bebê diante da dependência materna. “Ele sabe do que eu preciso” combina-se com “Eu sei o queeres”. Para aparecer este jogo, que vem exemplificado nos programas habitacionais através da transferência

sem resistência para as novas moradias e dos projetos das casas que delimitam o número de dormitórios, o espaço dos terrenos, a distribuição das casas, é necessário que os dois lados envolvidos desempenhem seu papel. Há neste processo a presença de um outro que se torna total, não cabendo ao sujeito escolhas por sua própria vida. Porém, vale lembrar que há um acordo, o de quem se deixa conduzir e de quem é guiado para diferentes destinos. A posição do detentor do saber pode ser gerada pelo que Chauí chamou de mito de uma representação divina, a qual não cabe questionamentos.

Porém, a todo instante este véu ameaça cair. Aí é preciso nova força para recolocá-lo no lugar ou para manter o desejo presente, que é seu oposto. Cabe também por parte dos governantes a tentativa de manter esta alienação, oferecendo um espetáculo que coloque novamente os sujeitos em lugar de plateia de suas próprias vidas.

2. ESTILO E RESISTÊNCIA

Uma sibila, questionada sobre o destino de Marósia, disse:

—Vejo duas cidades: uma do rato, uma da andorinha.

O oráculo foi interpretado da seguinte maneira: atualmente Marósia é uma cidade em que todos correm em galerias de chumbo, como bandos de ratos que comem restos caídos dos dentes de ratos mais ameaçadores; mas está para começar um novo século em que todos os

habitantes de Marósia voarão como andorinhas no céu de verão, chamando uns aos outros como se fosse um jogo, exibindo-se em volteios com as asas firmes, removendo do ar mosquitos e pernilongos.

-É hora de concluir o século dos ratos e iniciar o das andorinhas - disseram os mais resolutos. E, de fato, sob o sinistro e sórdido predomínio ratinheiro, já se sentia incubar, entre as pessoas menos notórias, um ímpeto de andorinhas, que avançam no ar transparente com um ágil movimento de cauda e desenham com a lateral das asas a curva do horizonte que se alarga.

Retornei a Marósia anos depois; considerava-se que a profecia da sibila havia tempos se tornado realidade; o velho século está enterrado, o novo está em seu ápice.....

O oráculo estava enganado? Não necessariamente. Eu o interpreto da seguinte maneira: Marósia consiste em duas cidades - a do rato e a da andorinha; ambas mudam com o tempo; mas não mudam a relação entre elas: a segunda é a que está para se libertar da primeira.

(Ítalo Calvino, *AS cidades invisíveis*, 1990, p. 140–141)

Muitas são as transformações que encontramos nos projetos originais depois de sua entrega. Estas formas de alteração podem ser consideradas muitas vezes como formas de resistência a uma rigidez imposta pelos projetos desenhados no papel. Um projeto urbanístico, portanto, está em constante execução. Depois da parte dos governantes, vem a parte dos habitantes. Para Cecilia Ferraz de Souza (2001)

a humanidade sempre procurou marcar os lugares por onde circulou com elementos diferenciados, como construções especiais e até dando-lhes nomes e apelidos, que serviram de referência para si própria.(p.137)

Para a autora, uma das formas mais antigas de reconhecimento do espaço urbano, capaz de dar a sensação de pertencimento a um lugar é a criação de denominações para a identificação dos espaços. Geralmente, diz ela, eles surgem naturalmente de características dos lugares, em função da construção de equipamentos, homenagens a figuras da sociedade, de traços físicos. Porém, com o passar do tempo, os nomes das ruas e praças vão sendo alterados a fim de acompanhar novos acontecimentos. Em geral esta mudança ocorre por alguma intervenção do ente público.

Estas alterações nem sempre são acompanhadas pela população. Não são poucos os exemplos de lugares que são conhecidos por denominações não oficiais. A denominação de um espaço, a partir de uma criação espontânea e conseqüentemente a não aceitação de novos nomes oficiais, nos mostra uma forma de resistência diante de um imperativo externo. Este fato, porém, é capaz de causar muita confusão em quem vem de fora, pois não são encontrados em mapas, por exemplo.

“Como tu chamas o lugar em que moras?”, perguntei a uma menina. “Vila dos Tocos”,

respondeu ela. “Por que este nome?”, segui. “Ah”, me diz a menina, “tinha muitos tocos de árvore por lá”. E assim, o nome oficial, criado a partir de um projeto habitacional, determinado legislativamente, não aparece. O nome Vila Esperança foi criado pelos governantes que consideravam o nome “Tocos” feio. Em vários relatos ouvi que ele era ofensivo, não devendo eu dizer que alguém era morador da Vila dos Tocos. Porém, os moradores nada diziam sobre isso.

Interessante também é o que me respondeu Cleusa quando perguntei o nome da localidade: Vila Esperança. E, quando perguntei como ela chama, me diz: depende com quem falo. A denominação é dependente da ocasião, primeiro avalia para que é a conversa. Em ocasiões oficiais (bancos, documentos,...) dá o novo nome; já nas outras, “Tocos” é que vale. Diz que não sabe porque do nome Esperança, só diz que foi a secretária de obras da época que colocou.

Para Souza (2001), o nome dos logradouros têm muito a ver com o imaginário da população,

É aqui que ela expõe suas particularidades, seus tipos e seus valores, ligados às práticas do cotidiano. À medida que as mudanças vão sendo impostas, de cima para baixo, pelo Estado ou pela Edilidade, sem que haja qualquer envolvimento da população em relação a elas, os novos nomes passam a custar mais para serem assimilados ou se fixa o nome sem a menor relação com a história do local (p. 152)

Portanto, acredita que deva haver mais sensibilidade por parte do poder público nos assuntos que englobam diretamente a população. O que parece uma simples mudança de nome insignificante, na verdade mexe “na própria história da cidade e na identidade de cada um”(p. 152).

Outra forma de resistência presente nas habitações, em especial populares, é trabalhada por Jacques (2003) sobre o nome de Bricolagem. Este termo que ela apresenta tem sua origem nos

trabalhos de Lévi-Strauss.

No seu sentido antigo, o verbo bricolar se aplicava ao jogo de gude e de bilhar, à caça e à equitação, mas sempre para provocar um movimento incidental: da bola que salta, do cão que vaga sem rumo, do cavalo que sai da linha reta para evitar um obstáculo. Em nossos dias, o bricoleur continua sendo aquele que trabalha com as mãos, utilizando meios desviantes em relação aos empregados pelo homem de artes. (Lévi-Strauss, in Jaques, 2003, p. 24)

Para a autora, esta forma de junção de diferentes materiais recolhidos com diferentes origens, que possibilitam um processo constante de alterações nas moradias, é o que liga o seu uso do termo ao de sua origem.

Esta forma de construção, que ignora projetos - por isso em constante alteração - apresenta um estilo próprio segundo a autora, e está estreitamente ligado à vida de cada comunidade. Jacques vai se questionar sobre o fato de ser difícil ser aceita a presença de uma estética própria das favela, que permita a permanência da bricolagem e de outros tantos signos particulares que marcam uma identidade, sem a presença de imposições estéticas, arquitetônicas e urbanísticas dos atuais projetos de urbanização. Ao contrário destes projetos, a bricolagem é de uma fluidez muito grande, na medida em que estão em constante construção.

Muito pela necessidade gerada pela precariedade das casas, outro tanto pelos projetos habitacionais que não acomodam suas necessidades, ou ainda por questão de estilo, fazem com que a criatividade tenha de aparecer para a resolução de seus anseios. Assim, a população, sem convenções, vai fazendo de sua morada um espaço cada vez mais particular. A partir deste espírito bricoleur, cada casa sai diferente da outra e a padronização que se buscava em alguns projetos vai

perdendo sua forma.

E, repentinamente a casa verde apareceu diante das amarelinhas, um puxadinho se aprumou com diferentes materiais, a horta nasceu em um espaço ínfimo, e a Vila do Tocos se fez diferente.

3. RESPEITO – UMA PASSAGEM DO OUTRO ABSOLUTO AO OUTRO

Uma das pistas que aponta para a possibilidade de fazer o desejo aparecer como protagonista, ou melhor ainda, o sujeito ao qual ele representa, pode estar presente no trabalho intitulado Respeito, de Richard Sennett. Nele o autor procura debater os encontros e desencontros entre os homens, entre governantes e governados. As políticas públicas são ali debatidas em sua essência, em uma busca pelo não apagamento das diferenças.

Para problematizar suas ideias, Sennett (2004) traz sua própria vivência à tona. Morador do Cabrino Green, em Chicago (EUA), o autor não deixa de lado esta experiência para discutir os caminhos das políticas públicas. Em seu percurso aponta uma conhecida forma de experimentação desenvolvida por vários países da Europa e pelos Estados Unidos: fazer experiências com sua população. E, no que se refere à habitação, o Cabrini é um de tantos exemplos do uso da habitação como laboratório para os problemas não resolvidos na sociedade. Eles traziam a ideia de “projetar uma vida”, não apenas “projetar habitações”. Portanto, seguindo este propósito, estes projetos eram amplamente dirigidos, como os de Owen e Fourier - representantes de uma época que influenciaram a origem do urbanismo como disciplina. As famílias que neles se instalaram tiveram suas vidas comandadas por regras criadas com propósitos nem sempre honrosos. Ao se instalarem nestes

locais, como o caso do Cabrini, perdiam junto vários de seus direitos. Não podiam escolher vizinhos, suas áreas de uso comum passavam a ter um controle rígido, ditando o que fazer, como fazer e onde fazer. Sennet lembra que até “*o layout de seus andares (estava) ditando onde podiam ser colocadas as camas, mesas e sofás*” (p. 24). Nada fora do script era permitido. Para ele, porém, a passividade social era a que mais afetava o respeito próprio daquelas pessoas. Porém esta passividade imposta nem sempre é totalmente alcançada. Neste condomínio, como no projeto de São Petesburgo citado anteriormente, foram percebidas tentativas de movimentação da ordem rigidamente instituída .

Voltando ao Cabrini, Sennett nos aponta para o fato de que nenhuma parcela da população, que passou a viver ali nos anos de 1942, teve participação na sua construção ou gestão. Eram “*espectadores de suas próprias necessidades, meros consumidores da atenção dada a eles*”(p. 27). Não possuíam instrumentos para gerirem suas vidas, eram estimulados a manterem-se nesta posição.

A falta de respeito trabalhada pelo autor aparece neste ponto, onde as pessoas não são vistas, não sendo consideradas seres humanos íntegros que possuam condições de dar sua parcela de contribuição para a gestão da vida. Este fato aponta para a dificuldade de se mostrar respeito mútuo através da fronteira das desigualdades, onde se torna difícil muitas vezes escutar os outros sem os ecos de sua própria vida, sem confundir o outro e o eu.

Para Sennett (2004), a falta de respeito, apesar de ser menos agressiva que o insulto direto, pode ser igualmente ofensiva:

Quando uma sociedade trata a grande maioria das pessoas desta forma, julgando apenas alguns poucos dignos de reconhecimento, é criada uma escassez de respeito, como se não

houvesse o bastante desta preciosa substância para todos. Como muitas formas de escassez, esta é produzida pelo homem; ao contrário da comida, o respeito nada custa. Por que, então, haveria uma crise de oferta? (p. 17)

O que encontramos no lugar do respeito muitas vezes é uma caridade que “*em si tem o poder de ferir*”(p.35), um tratamento ao pobres como se fossem bens danificados. Passamos a ver a piedade podendo gerar desprezo, e a compaixão se mostrando intimamente relacionada com a desigualdade. Cruzar a fronteira desta desigualdade não se apresenta como uma fácil tarefa.

Para elucidar esta travessia em direção ao respeito, ao “levar a sério” a necessidade dos outros defendido, por Sennett, é importante acompanharmos seu percurso sobre o significado desta palavra. O autor aponta que ela possui diferentes sinônimos para a sociologia: status, prestígio, reconhecimento, honra e dignidade estão entre eles; mas mostra as diferenças existentes entre estes termos.

Para a compreensão de suas ideias, Sennett inicia pela definição da palavra caráter, por ele ser o responsável, na sua opinião, pelas relações humanas. O significado que utiliza para esta palavra vem das ideias de Mills e Ghert (1953, in Sennett, 2004). Para os dois, mesmo não tendo como conhecer pessoalmente muitas pessoas no mundo, possuímos instrumentos sociais que regem nossas relações com diferentes membros da sociedade. O caráter vai ser definido por esta capacidade de se envolver com o mundo maior, podendo ser considerado o lado relacional da personalidade. Quando os instrumentos sociais são bem interpretados, as pessoas se relacionam com estranhos, envolvendo-se emocionalmente.

A formação do caráter é dada pela sociedade “*de três maneiras para que as pessoas ou conquistem respeito ou não consigam suscitá-lo*”(p.81). A primeira destas formas é através do auto-

desenvolvimento, por uma característica da sociedade de condenar o desperdício; valoriza-se o aproveitamento das habilidades e dos recursos de que se dispõe, tanto econômico quanto pessoal. A segunda fonte de estima social está na capacidade de cuidar de si mesmo, o que significa não tornar-se um fardo para os outros, *“esta forma de granjear respeito deriva do ódio ao parasitismo na sociedade moderna; embora tema o desperdício, a sociedade teme ainda mais – racionalmente ou irracionalmente – ser exaurida por exigências injustificadas”*(p.82). A terceira forma de ganhar respeito é retribuir aos outros, *“esta talvez é a fonte de estima mais universal, intemporal e profunda para o caráter de alguém”*(p.82). A desigualdade vai ter papel decisivo na formação do caráter a partir destas três maneiras:

A pessoa incomum que faz pleno uso de suas capacidades pode servir como ícone social, justificando a provisão inadequada de recursos ou a consideração de pessoas que não estão se desenvolvendo tão plenamente; a celebração da auto-suficiência e o medo do parasitismo podem servir como uma forma de negar a realidade da necessidade social; a compaixão que subjaz ao desejo de retribuir pode ser deturpada, pelas condições sociais, em piedade pelos fracos, piedade sentida pelo receptor com desdém.”(Sennett, 2004, p. 82)

Portanto, a desigualdade influencia o aparecimento de uma característica negativa do caráter. Vamos ver a expressão positiva dele quando a necessidade dos outros é tratada com respeito, não somente seus feitos. Esta ampla visão da palavra caráter possibilita a avaliação de outras ligadas à palavra respeito citadas anteriormente, e que vêm muitas vezes suscitadas como seus sinônimos.

A palavra “status” se refere geralmente *“à posição de uma pessoa na hierarquia social”*(p.71). E a necessidade dos considerados superiores vai ter importância e buscam ser reconhecidas. As emoções suscitadas nos outros pelo status de alguém vai fazer com que o portador tenha ou não prestígio. Vale lembrar que esta emoção pode ser transferida aos objetos. Sennett

(2004) nos aponta para o fato de que independente de quem possua um Porsche conversível, ele vai ser objeto de prestígio. O simples fato de fazer um trabalho de prestígio não leva alguém a ter respeito pela necessidade dos outros. É necessário para isso o reconhecimento, ou seja, reconhecer a necessidade dos outros mesmos sendo heterogêneos. *“Mas a palavra 'reconhecimento', nesta acepção positiva, ainda não é o bastante para conter a consciência da necessidade mútua. Há ainda outro elemento que consiste na honra social”*(p. 73). A honra sugere tanto códigos de conduta quanto a eliminação de fronteiras e distância social. Para exemplificar, Sennett traz as palavras do sociólogo Pierre Bourdieu para o qual a honra supõe *“um indivíduo que sempre se vê através dos olhos dos outros, que tem necessidade dos outros para sua existência, porque a imagem que ele tem de si é indistinguível daquela apresentada a ele por outras pessoas.”*(Bourdieu, 1966, in Sennett, 2004, p.73).

Porém, neste forma de mutualidade, da honra social, encontramos tanto a sua força quanto a sua perversidade.

A afirmação da honra em um grupo, reconhecendo e reagindo às necessidades dos outros, pode levar a um comportamento destrutivo em relação àqueles que estão além dos limites do grupo....para afirmar a honra de nosso grupo, temos de depreciar a honra do seu.
(Sennett, 2004, p. 74)

Os dois pólos da mutualidade são definidos de um lado pelos aspectos positivos do reconhecimento, e de outro pelos negativos da honra social. Ela vai se concentrar no processo, diferentemente do respeito próprio que foca-se no resultado.

Concluindo, no respeito às necessidades dos outros o status dificilmente pode contribuir; o prestígio não aparece; a honra social pode ser buscada muitas vezes às custas da agressão contra

estranhos; e o respeito próprio pode vir contrário à mutualidade. Resta, para o autor, uma palavra: dignificação. Esta palavra resgatada nas suas origens aponta para os limites do corpo humano para a dor e para o prazer. Temos que diferenciar da dignificação pelo trabalho presente na sociedade capitalista, pois *“a ética do trabalho é competitiva, requer julgamentos comparativos de valor; aqueles que vencem podem fazer vista grossa aos que perderam”*(p.77).

A busca pelo respeito mútuo inclusivo não é tarefa fácil, pois *“existe um enorme abismo entre esperar agir bem em relação aos outros e agir bem de fato”*(p. 77-78). Não se deve cair na ilusão de imaginar que, eliminadas as desigualdades materiais, o respeito mútuo viria naturalmente, e que a política prática não pode eliminar o desconforto causado pela desigualdade na sociedade moderna. Não há o pessimismo de pensar que a igualdade não possa ser buscada, pois o que ocorre é uma revelação ainda maior das diferenças individuais, *“na sociedade, apenas os ataques aos males das desigualdades não pode gerar respeito mútuo”*(p. 289), como nos ilustram tão bem as tentativas de Owen e Fourier.

A tarefa que se faz necessária envolve um equilíbrio entre o respeito próprio e o reconhecimento da necessidade dos outros - mesmo heterogêneos-, lembrando sempre que o fato de sentir respeito pode não levar a demonstrar respeito, e que o respeito mútuo necessita ser negociado, envolvendo a complexidade do caráter pessoal quanto da estrutura social.

As soluções sociais parecem mais aparentes quando se consideram as desigualdades que embaçam os três códigos modernos do respeito: fazer alguma coisa da própria vida, cuidar de si mesmo, ajudar os outros. O véu pode ser retirado, de certa forma, quando se honram diferentes realizações práticas em vez de se privilegiar o talento em potencial; ao admitir as justas reivindicações da dependência do adulto; permitindo-se que as pessoas participem mais ativamente das condições de sua própria assistência.(Sennett2004, p. 295)

A retirada deste véu sobre as três formas que influenciam a maneira como interagimos com um mundo maior propicia o aumento da autonomia, que envolve aceitar nos outros o que não se compreende neles. Assim, ao invés de diminuir o respeito ele é aumentado.

4. UTOPIA – LIBERDADE E RESPEITO EM POLÍTICA PÚBLICA

Ao encontro deste respeito e do desejo, temos as utopias iconoclastas. Muito diferente de uma sociedade que alguns pensam em ser ideal, de um modo condicionado de viver que se encerra em si mesmo, as utopias iconoclastas vêm abrir um caminho para este problema. Ao não se fecharem na imagem, ao elencar uma possibilidade, um futuro que é apenas, e não pouca coisa, “ainda não”, esta forma de pensamento se aproxima do conceito de liberdade de Hannah Arendt. O “milagre possível” trabalhado pela autora é esta possibilidade de uma ideia não se encerrar em si mesma, de um futuro ainda estar aberto. Bloch (2005) retrata este processo como uma forma de fazer furo no futuro. Ou seja, dar possibilidade de que algo novo sempre possa aparecer. Isso aproxima as ideias de Sennett, para o qual o encerramento em um mundo fechado, mesmo que excluindo as desigualdades, não permite aos homens exercerem sua autonomia e a possibilidade sempre de “vir a ser”.

Nesta corrente de pensamento, vamos encontrar autores como Ernst Bloch. T. W. Adorno e Walter Benjamin. Jacoby (2007) vai retratar estes como judeus utópicos. O autor relaciona a forma de pensamento trazida por eles com toda uma tradição judaica onde a imagem aparece interdita, o que resulta num utopismo diferente dos projetistas – também chamados de utopistas urbanos -, para os quais o futuro deveria ser descrito de forma precisa, detalhista. Para Adorno (in Jacoby, 2007) “é

apenas na ausência de imagem que o objeto como um todo pode ser concebido”(p.192). Cioran (1994) destaca que nestas cidades projetadas, nesta completude de imagem, onde o mal não chegaria perto, onde o trabalho se glorifica, nos vemos defrontados com *“uma felicidade feita de idílios geométricos, de êxtases regulamentados, de mil maravilhas repugnantes*”(p. 103). Este seria o espetáculo de um mundo fabricado, perfeito.

Esta ausência de imagem, carregada no pensamento destes autores, contrasta com a vivência moderna que trás a visão como um sentido possuidor de muita relevância. *“A tela da utopia judaica é quase branca, pronta para ser preenchida – mas ainda não é”*(Jacoby, 2007, p. 201). Ao invés de projetos, são movidas por pistas, fragmentos e suspiros, o que traz a esperança de um mundo de vidas e paixões mais livres. O desejo é combustível deste “vir a ser”. Seu empobrecimento traz a morte da utopia. Cabe lembrar, porém, que apesar de ser a mola propulsora da utopia, o desejo -como nos ensina a psicanálise - está sempre além da onde estamos. Portanto, a utopia está fadada ao fracasso. Para Cioran (1994) é esta fascinação do impossível que nos faz agir. O que equivale dizer que uma sociedade que não consegue gerar uma utopia está ameaçada de esclerose e destruição, pois a felicidade dada, programada, nada fascina, é recusada.

O fracasso eminente das utopias iconoclastas não possui valoração negativa. Ao contrário,

“o seu valor epistemológico está nas paredes que ela nos permite perceber em torno das nossas mentes, nos limites invisíveis que nos permite detectar, por mera indução, no atoleiro das nossas imaginações no modo de produção, a lama da época presente que se gruda nos sapatos da Utopia alada, imaginando que isso é a própria força da gravidade.”(Jameson, 1997, p. 85)

Para Cioran (1994) o que conta é a espera essencial envolta da perspectiva de um novo

acontecimento, pois “*a vida é ruptura, heresia, abolição das normas da matéria*”(p.107). Nas cidades perfeitas dos utopistas projetistas o conflito não aparece, as vontades seriam estranguladas – como ressalta bem Owen ao dizer que elas seriam um grande mal para a sociedade – portanto, reinaria apenas a unidade, sem chances para o acaso.

Esta espera essencial citada por Cioran é bastante trabalhada por Ernst Bloch em seu “Princípio Esperança” (2005). O autor acrescenta à discussão um fator importante da espera: sua parcela ativa. Trata-se de uma esperança que leva à ação, à transposição. Sousa (2005) nos fala que

Bloch quer dar um estatuto epistemológico e de consistência conceitual à esperança. Coloca, portanto, em debate a função mesma de uma teoria. Ora, se pensar é transpor, só há, efetivamente, travessia se a teoria não se protege do futuro, de suas fissuras, de suas zonas de sombra. Bloch aposta que o conceito de princípio esperança possa provocar uma consciência do amanhã e assim buscar dissolver parcialmente os mecanismos de naturalização dos acontecimentos que fazem com que nos habituemos com o intolerável.
(p. 18)

Bloch (2005) ressalta o papel importante da falta, pois diante dela podemos produzir o novo. O que é importante sempre continua faltando. Assim o sonho permanece se infiltrando nas lacunas. Para o autor muitos sonhos de uma vida melhor já foram sonhados, a vida de todos os seres humanos é perpassada por sonhos diurnos. Existem aqueles sonhos que são apenas uma fuga, outros, no entanto, instigam, não permitindo resignar-se com a precariedade posta. Esta última parte traz em seu cerne a espera, o “que-ainda-não-veio-a-ser”.

PAIXÃO UTÓPICA E POLÍTICA PÚBLICA

Ligar uma paixão utópica a uma política prática é uma arte e uma necessidade como aponta Jacoby (2007). Um bom guia neste caminho é David Harvey. Em seu trabalho intitulado “Espaços de Esperança” (2006), o autor diz não acreditar em uma possível falta de imaginação, capaz de fazer com que as pessoas não acreditassem mais que há alternativas para a atual condição, por terem retirado de si o direito e escolha do tipo de cidade em que pretende-se habitar. Pelo contrário, a humanidade tem fascínio por tudo que recebe o nome de “imaginário”. Para o autor a razão de não se ver mais alternativas vem se desenvolvendo porque

o politicamente correto imposto pela força bruta do dinheiro (associado à lógica da competição de mercado) tem feito muito mais para censurar a opinião no interior dessas instituições [meios de comunicação e universidades] do que a repressão direta do macarthismo. (Harvey, 2006, p.206)

E, continua sua argumentação utilizando uma frase de Bloch: “A possibilidade não tem tido uma boa imagem”(p.206), e que há interesses para que o mundo não seja transformado no possível. O trabalho incessante de acabar com as utopias se traduz na perda de esperança. Portanto, não é a ausência de imaginação que não permite pensar em um outro mundo, em uma outra condição, mas sim a perda da esperança, da utilização da imaginação para buscar alternativas.

Harvey traz para análise um conceito de Louis Marin que aponta o utopismo como uma livre organização espacial. Por haver infinitas formas de organização espacial, há um ilimitado número de mundos sociais possíveis. No entanto, não deixa de se perguntar sobre o que ocorre quando há a materialização das utopias. Questionando-se sobre “*como ocorre de a força crítica e de oposição trazida por esquemas utópicos degenerar com tanta facilidade no decurso de sua materialização em obediência à ordem vigente*” (p.221). A resposta aponta para o “*próprio ato de realização*

dessas utopias” em que “o processo social toma as rédeas da forma espacial com que se pretende controlá-lo”(p.228).

Então, qual seria a solução se as materializações resultaram em controle autoritário, contrário ao livre fluxo da imaginação? Se o que provoca esta falha são os processos sociais, por que não pensar em uma utopia do processo e não do espaço? É neste mesmo fluxo que segue Bloch ao dizer que necessitamos fazer furos no futuro, tornar visível as paredes de nossa imaginação. Transformar sonhos diurnos em espera ativa, não em um mero devaneio.

ACABAMENTOS – OS CONTORNOS DA OBRA

Todos somos capazes de construir imaginariamente os lugares onde queremos habitar. Colocamos a este dispor imaginação suficiente para as mais incríveis construções. Muitas vezes não nos damos conta do mundo que está a volta, pois somos livres para sonhar.

Enquanto sonhamos com um futuro incerto, muitos são os projetos pensados por pessoas estranhas a nós para o nosso habitar. Por se tratarem de lugares imaginários, todo o tipo de combinação pode aparecer. Não necessitamos ser previsíveis. Todavia, quando estes imaginários se encontram na concretude de uma proposta urbanística, nem sempre a combinação é a esperada, tanto para quem faz um projeto quanto para quem deve fazer parte dele. É neste ponto que percebemos a falhabilidade de muitos projetos. Como trabalhar com imaginários tão diversos e ter efeitos positivadores é uma questão pertinente. Juntamos, a cada nova proposta habitacional, um lugar pensado por quem vai habitar, um projeto de papel e o resultado deste encontro. É com o objetivo de avaliar os resultados possíveis que trabalhamos nos capítulos anteriores.

As políticas públicas habitacionais fazem parte de um projeto maior de configuração de uma ordem social. Em uma perspectiva atual são esperados lugares ordenados, onde a vida se estabeleça e aconteça de forma a causar os menores contratempos possíveis. A ordenação dos bairros em quadras organizadas permite, por exemplo, a facilidade de localização para quem é

estranho ao lugar e permite o maior controle das ruas, inclusive no que diz respeito à segurança. Lembramos, porém, que a perspectiva de ordenamento e controle já estava presente nos projetos de Owen, Fourier, Felipe I e chegando ao Cabrini Green – trazido por Richard Sennett. O que ocorre hoje é uma revisitação a estas práticas.

Ao serem configurados estes projetos, eles não se estabelecem em um espaço vazio, são planejados para as mais diferentes áreas. Como aponta Milton Santos, elas devem ser vistas além de suas paisagens, elementos estáticos. É necessário avaliar também a vida que anima esta paisagem, pois o espaço se impõe através das condições que darão possibilidade para o “viver bem”. O autor ressalta um fator importante da relação dos homens com o espaço: hoje somos capazes de habitar os mais diferentes lugares por termos instrumentos técnicos para isto, e alteramos a valoração dos mesmos de acordo com interesses econômicos. No que é pertinente à habitação popular, este fator gera, em muitos casos, o deslocamento de um grande número de pessoas, que vão sendo empurradas para lugares mais distantes e menos estruturados. Observamos em muitas ocupações irregulares que os espaços ocupados não são escolhidos ao acaso. A população se estabelece em locais próximos de onde há oferta de trabalho, por exemplo. Ao ocorrer a remoção destas pessoas, perde-se não só estas facilidades, mas também as referências estabelecidas até então.

A proliferação de projetos habitacionais populares é muito grande e está incluída como uma das perspectivas da nova Política de Assistência Social, que traz o abrigo como benefício social a ser atendido. O que estamos observando nesta política é apenas a parte que se refere à concretude das moradias. A necessidade de entender o território para o qual ela está sendo planejada, de incluir a população em todas as esferas de sua vida, não está sendo alcançada. O que se observa é a manutenção de um sistema de assistencialismo, onde os governantes apresentam uma postura de benfeitores, e a população beneficiária dos projetos são os recebedores de presentes, que nada tem

haver com o que ganharam.

Esta forma de comandar a coisa pública não chega nada perto do que Hannah Arendt propôs como liberdade e provimento da vida como tarefa da política. Ao tratarmos com esta lógica de dar ao outro o que acreditamos que ele precisa, estamos muito longe do conceito de autonomia regado pelo SUAS, e muito perto do apagamento do desejo dos sujeitos. O que se vê é um afastamento da população dos seus próprios problemas, ao verem suas vidas conduzidas, deixam-se muitas vezes serem guiados. A implicação neste processo significa terem que se responsabilizar por suas próprias escolhas, ter de se haver com a pulsão impressa pelo desejo.

Porém, esta passividade não é completa. Vemos alguns momentos onde a condução que está sendo dada à vida é questionada. Estas formas de resistência, que carregam consigo o desejo, estão expressas nos processos de bricolagem e resistência aos nomes impostos lembrados como exemplos ao decorrer de nosso texto. Ao trabalharmos com a positividade destas formas, respeitando as características de cada território, poderemos alcançar uma política que carregue o sentido público proposto por Renato Janine Ribeiro. Significado de bem comum, não de passividade, ou de mera plateia. Isto é traduzido pelo respeito proposto por Richard Sennett, onde os limites do corpo, tanto para a dor e para o prazer, são observados, e assim sendo possível levar a sério as necessidades dos outros num respeito mútuo inclusivo.

Para alcançarmos este respeito proposto, necessitamos perceber as barreiras de nosso próprio pensamento. Nesse encontro que vêm as utopias iconoclastas. Elas nos possibilitam pensar em um mundo diferente do que estamos habituados, inclusive da banalização da violência presente em nossos dias. Deixamos de ser plateia diante de uma ordem social vigente – a qual ajudamos a manter – e passamos a protagonistas de um processo.

Esta pode ser a grande aposta de uma política habitacional: deixar-se levar pela possibilidade de outros mundos, que permitam aos sujeitos carregarem consigo a potência de seus saberes. Em que os espaços públicos sejam mantidos a fim de questionar a coisa pública, não somente trazendo o privado para a rua.

Portanto, estes sonhos utópicos, por envolverem uma espera ativa, mantêm nos sujeitos seu desejo, ou seja, a possibilidade de sempre buscar por algo que ainda não está posto. Esta perspectiva da utopia não se traduz em uma vila, em uma casa diferente para cada um, mas sim na manutenção de espaços abertos para as transformações e para os questionamentos. Isto passa pela presença de espaços possíveis de discussão da vida cotidiana, de valoração da experiência individual e do respeito aos limites de cada um. Este espírito utópico possibilita irmos muito além das propostas habitacionais.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, H.. **O que é Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (6ª edição).
- BAUMAN, Z.. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999.
- BAUMAN, Z.. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E., 2001.
- BERMAN, M.. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BLOCH, E. **O Princípio Esperança**. v. 1. São Paulo: Contraponto, 2005.
- CALVINO, I.. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAUÍ, M.. **Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados**. In.: Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Pulo: Brasiliense, 1994.
- CIORAN, E. M.. **História e Utopia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ELIA, L. **Psicanálise: Clínica e Pesquisa**. In.: Clínica e Pesquisa em Psicanálise. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000. p. 21-32
- GEMELLI, I.. **Um passeio utópico pelas políticas públicas**. Correio da APPOA, Porto Alegre, n. 185, nov. 2009, p. 16-22.
- HARVEY, D..**Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006 (2ª edição).
- JACOBY, R.. **Imagem Imperfeita – Pensamento Utópico para uma Época Antiutópica**.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JACQUES, P. B.. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003 (3ª edição).

_____ **Apologia da Deriva: escritos situacionais sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JAMESON, F.. **As Sementes do Tempo**. São Paulo: Ática, 1997.

LACAN, J.. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 (2ª edição).

MDS.. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2004.

PESAVENTO, S. **A cidade como utopia e concretude**. In: Siglo XIX – Revista de História. Segunda época, n. 16, julio-diciembre de 1994. Universidad Autónoma de Nuevo León. p. 104-114.

POLI, M. C.. **Pesquisa em Psicanálise**. In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Onde Fala um Analista. Porto Alegre, v. 29, p. 42-47, 2005.

RIBEIRO, R. J.. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, M.. **A construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

_____ **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

_____ **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999 (3ª edição).

_____ **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 (2ª edição).

SATO, A.. **Ciudad y utopía: Owen, Fourier, Garnier, Le Corbusier**. Buenos Aires: Centro Editos de América Latina, 1977.

SENNETT, R.. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUSA, E. L. A.. **Sonhar para frente: princípio esperança.** In.: Margem, São Paulo, n. 21, p. 13-20, jun. 2005.

SOUZA, C. F.. **O sentido das palavras nas ruas da cidade. Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público).** In.: Palavras da Cidade. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2001, p. 76.